Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020 | Nº 24.733 | Preço banca: R$ 3,50

Governo lança Programa Casa Verde e Amarela

Resgates superam investimentos no Tesouro Direto em julho

Página 12

Correios entram com dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho

Página 4

O presidente Jair Bolsonaro lançou na terça-feira, (25) o novo programa habitacional do governo federal. Chamado de Casa Verde e Amarela, o programa é uma reformulação do Minha Casa Minha Vida, com foco na regularização fundiária e na redução da taxa de juros, para aumentar o acesso dos cidadãos ao financiamento da casa própria.

Durante cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro assinou a medida provisória (MP) que cria o programa e disse que, agora, "a bola está com o Parlamento". "Não tenho muito a dizer, apenas cumprimentar os ministros que trabalharam incansavelmente nessa questão, bem como o nosso Parlamento, que agora recebe essa MP e a aprovará, com toda certeza e, se for o caso, fará aperfeiçoamentos. Assim é que se fazem as leis, assim que nos apresentamos para atender a nossa sociedade", disse.

A meta é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, um incremento de 350 mil residências em relação ao que se conseguiria atender com os parâmetros atuais. Página 3

Argentina: acordo com credores reduz diferença entre taxas do peso

O recente acordo de reestruturação da dívida da Argentina com os credores deve ajudar a reduzir a grande diferença entre a taxa de câmbio oficial do peso e a taxa do mercado paralelo, disse o presidente do Banco Central do país, Miguel Ángel Pesce, na terça-feira (25).

Pesce, em uma conferência virtual, chamou a atual taxa de câmbio do peso, que tem sido sustentada por medidas de controle cambial desde o ano passado, de "competitiva" e disse não esperar que mais controles sejam necessários.

Página 3

Demanda global de energia deve fechar 2020 com maior recuo em 70 anos

Foto/Arquivo/ABr

Ao fim deste ano, a demanda de energia deve ter registrado queda de 6% em todo o mundo, recuo sete vezes maior do que o atingido durante a crise financeira de 2009, aponta análise da empresa de contabilidade e auditoria PwC, elaborada com base em dados da Agência Internacional de Energia para 2020 (IEA). O choque no consumo é o maior já visto nos últimos 70 anos.

O estudo Futuro da Indústria de Óleo & Gás prevê ainda que o ano será encerrado com diminuição de 20% nos investimentos em energia. Como fator principal da redução, o documento aponta a recessão global, que, por sua vez, está relacionada às restrições decorrentes da pandemia de covid-19, como limitação de circulação de pessoas e de atividades econômicas.

A PwC destaca também que a crise gerada pela pandemia desestabilizou todos os níveis do setor de energia, do suprimento à produção de combustíveis. O estudo avalia que haverá consequências tanto para a segurança energética como para a adoção de fontes de energia limpa. Um dos prognósticos é de que a energia nuclear seja a menos afetada pelas medidas de quarentena. Página 3

Monitoramento de praias já devolveu à natureza mais de 2,7 mil animais

Página 2

Conab projeta em 8% o crescimento da safra de grãos

Página 3

Caixa e CNI vão facilitar crédito para micro e pequenas indústrias

Página 12

DÓLAR			EURO
Comercial	Turismo		
Compra: 5,52	Compra: 5,50		Compra: 6,53
Venda: 5,52	Venda: 5,83		Venda: 6,53

Esporte

Endurance 6h KGV: Equipe Cebola's Racing/Maverick/FKart termina em quarto

Apenas em sua segunda participação como time de provas de longa duração no kartismo, a equipe Cebola's Racing, associada com as equipes Maverick e FKart, liderou boa parte e recebeu a bandeirada numa excelente quarta posição no Endurance 6h KGV, disputado no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP).

"Fomos muito empolgados pela vitória em nossa estreia a duas semanas no Endurance Dia dos Pais, mas sabíamos que apesar de contarmos com excelentes pilotos, enfrentaríamos equipes muito mais experientes e entrosadas. No entanto, entramos com a faca nos dentes, e como um grande time conquistamos a pole position, lideramos um terço da prova, e alcançamos outro pódio", comemorou Rogério Cardoso, responsável por montar a Cebola's Racing e se associar com Antonio de Oliveira da equipe Maverick para esta competição.

Na tomada de tempos a Maverick II/Fkart conquistou a pole position com Anthony Peperone (Colégio Agnus Dei/Pailler Racing/Alpie/Kart Amador SP), e a Cebola's Racing/Maverick largou em décimo com Lucas (Bocão) Souza, no grid de 50 karts. Em pouco tempo 'Bocão' passou para a primeira colocação e o time liderou as primeiras duas horas da competição com os dois karts. Enquanto isto Alberto Otazú (Cardoso Funilaria e Pintura/Bianchi Automóveis/Rolley Ball/AVSP/Pailler Racing), que foi atingido na primeira curva, caiu para as últimas posições e fechou a primeira volta no 34º posto, mas após 95 voltas já estava na vice-liderança, atrás apenas do kart Cebola's Racing/Maverick, com 'Bocão' na ponta.

A partir daí os cinco karts do time foram se empurrando e enfrentando as dificuldades da alternância entre o piso molhado pela forte garoa e o asfalto seco em alguns momentos, e com um frio de oito graus centígrados. "Eu adoro correr nesta situação, pois tenho facilidade em ler rápidamente as mudanças no asfalto, o que me ajudou a conseguir os melhores tempos da prova com a pista molhada", comentou Alberto Otazú, que com a quarta colocação conquistou o 300º troféu de sua carreira.

Foto/ FKart

"Isto é um desespero para a minha mãe, que não tem lugar para guarda-los", prosseguiu. "Achei que poderíamos vencer esta prova, pois os três pilotos mais experientes de nosso time são muito rápidos. Mas para uma equipe nova, em que os estrategistas e staff ainda não conhecem plenamente o potencial de cada piloto nas mais diversas situações, alcançamos um bom resultado", completou.

A equipe Cebola's Racing/Maverick/Fkart foi formada pelos pilotos Alberto Otazú, Anderson Ribeiro, Anthony Peperone, Augusto Cesar Coutinho, Erick Sander, Fábio Laranjo, Fernando Costa, Flávio Alvez, Galvane Ruivo, Jefferson Ribeiro, Lucas (Bocão) Zacante de Souza, Marcos Vinicius e Matheus Nozaki, com Antonio Oliveira, J. Alberto Otazú, Marcos Takuma, Pedro Pereira, Rodrigo 'Alemão' e Rogério Cardoso no staff. A equipe Cebola's Racing tem o apoio de Cardoso Funilaria e Pintura.

Caio Collet intensifica treinos físico e mental para "maratona" de provas da F-Renault Eurocup

Foto/Renault Sport DPPI

Após uma longa espera em virtude da pandemia mundial, causada pelo coronavírus, a Fórmula Renault Eurocup voltou às pistas em julho e iniciou a disputa da temporada 2020 com a realização de duas das 10 etapas em rodada dupla, ambas na Itália. E o começo foi muito promissor para o brasileiro Caio Collet, de 18 anos, que já subiu três vezes ao pódio, sendo uma vitória e está na liderança do campeonato.

Como já estava previsto, em agosto, a categoria fez uma pausa, mas retorna no início de setembro para uma verdadeira "maratona". Serão 8 etapas, 16 provas em três meses de disputa, passando por seis países e oito pistas diferentes.

A primeira delas acontecerá nos dias 4, 5 e 6 de setembro, em Nurburgring, na Alemanha. Depois, pilotos e equipes correrão em Magny-Cours (Fra), Zandvoort (Hol), Barcelona (Esp), Spa-Francorchamps (Bel), Hockenheim (Ale) e Paul Ricard (Fra), até chegar em Abu Dhabi, no Emirados Árabes, para a etapa final em novembro.

Integrante do Renault Sport Academy, Collet tem aproveitado este intervalo para intensificar os treinamentos e estar bem preparado para as corridas, compromissos e viagens.

No início do mês, o piloto participou de atividades na sede da equipe Renault de F-1, em Enstone, na Inglaterra. Collet pode vivenciar a rotina de alguns departamentos da fábrica e todo o trabalho na construção e evolução de um carro de F-1. Também assistiu no local, ao lado de outros pilotos do programa júnior team, as corridas de F-1 que foram disputadas no período.

Há uma semana, o brasileiro viajou para Viareggio, na Itália, onde tem participado de sessões de testes físicos e mentais na Fórmula Medicine, que trabalha há 30 anos com pilotos das principais categorias do automobilismo mundial, realizando em paralelo importantes estudos científicos, que deram origem a um programa inovador, focado nas necessidades de cada esportista. Com uma equipe formada por médicos, psicólogos, fisioterapeutas, preparadores físicos, nutricionistas, entre outros, fornece suporte completo para pilotos e equipes.

"Além da parte física, eles têm um trabalho mental muito forte, que é importante e ajuda muito em termos de performance e em momentos decisivos na pista", comentou.

"Minha rotina tem sido bem intensa, com 2 horas e meia de treinos pela manhã e mais 2 horas e meia à tarde, intercalando treinos físico e mental", explicou Collet, que em 2019 foi campeão entre os estreantes da F-Renault Eurocup.

"Vamos retomar o campeonato no início de setembro e seguimos até novembro, quase sem pausas. Vai ser corrida atrás de corrida, viajando o tempo todo. Então, é muito importante saber lidar com tudo isso e estar focado e bem preparado", completou o brasileiro.

Collet defende a equipe R-ace GP pelo segundo ano na Fórmula Renault Eurocup. O brasileiro tem 68 pontos no campeonato 2020, 14 de vantagem em relação ao vice-líder Franco Colapinto e 18 à frente do espanhol David Vidales, terceiro colocado. A categoria tem reunido 20 pilotos no grid, mantendo sua tradicional competitividade.

Campanha contra febre aftosa em SP tem 99,03% dos bovídeos vacinados

São Paulo registra 99,03% do rebanho bovídeo vacinado contra a febre aftosa, na primeira etapa da campanha de vacinação de 2020, realizada excepcionalmente durante os meses de maio e junho pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Nessa etapa, são vacinados todos os bovídeos (bovinos e bubalinos), independentemente da idade.

Dados do sistema informatizado Gestão de Defesa Animal e Vegetal (Gedave), gerenciado pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, mostram que dos 10.515.430 bovídeos envolvido na etapa, 10.413.600 foram vacinados. Estão cadastradas no sistema 122.486 propriedades com bovídeos.

"Apesar de a vacinação ter ficado abaixo do índice de maio de 2019, que foi recorde, com 99,51% dos bovídeos vacinados, o patamar de imunização no estado vem se mantendo estável, acima de 99%", disse o médico veterinário Adriano Macedo Debiazzi, que, junto à Coordenadoria, responde pelo Programa Estadual de Controle e Erradicação da Febre Aftosa.

Prorrogação

Neste ano, excepcionalmente em função da COVID-19, a Secretaria prorrogou para o dia 31 de julho de 2020 o prazo para entrega da declaração da vacinação da etapa maio contra a febre aftosa, proporcionando mais tempo para que o criador pudesse se adequar para a entrega da declaração e ficar em dia com a legislação sanitária.

Durante a campanha, os técnicos da Defesa Agropecuária fiscalizaram e assistiram a vacinação em 65 propriedades, acompanhando a imunização de 6.040 bovídeos.

Deixar de vacinar e de comunicar o ato sujeita o criador a multas de 5 Ufesps (138,05 reais) por cabeça por deixar de vacinar, e 3 Ufesps (82,83 reais) por cabeça por deixar de comunicar. O valor de cada Ufesp – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo é 27,61 reais.

Na relação abaixo estão apresentados, na sequência, o número de bovídeos cadastrados, a quantidade de animais vacinados e o percentual de animais vacinados em cada uma das 40 regionais de Defesa Agropecuária do estado de São Paulo.

Prefeitura de SP interdita mil lugares fora das regras na pandemia

A prefeitura de São Paulo já interditou um total de 1.016 estabelecimentos durante a pandemia por descumprirem as regras vigentes para o combate à disseminação da covid-19. Desses, 616 são bares, restaurantes, lanchonetes e cafeterias.

O valor da multa é de R$ 9.231,65, aplicada a cada 250 metros quadrados. Para voltar a funcionar, os estabelecimentos interditados devem solicitar a reabertura na subprefeitura da sua região.

Na última sexta-feira (21) e no sábado (22), houve a interdição de 14 bares e restaurantes. Na sexta, foram interditados um na Sé, dois na Lapa e três em Pirituba. No sábado, foram dois em Pinheiros, um em Capela do Socorro, três em Pirituba, três na Sé e um em Santana.

De acordo com a prefeitura, as equipes fiscalizam diariamente os estabelecimentos que excedem o horário permitido pela legislação municipal e se estão disponibilizando mesas nas calçadas, com apoio da Guarda Civil Municipal (GCM) e da Polícia Militar (PM). (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista CESAR NETO vem publicando esta coluna diária de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência das liberdades possíveis. Twitter: @CesarNetoReal ... Email : cesar@cesarneto.com

+

CÂMARA (SP)

Vereador Rinaldi, fundador e líder da igreja Quadrangular "Família Global" (ex-REPUBLICANOS no PSL que foi da família Bolsonaro), segue causando. Desta vez ele tá honrando a 1ª Dama do Brasil, Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, com o título de Cidadã Paulistana

+

PREFEITURA (SP)

Bruno Covas tá tão em alta, que há quem pense que ele pode repetir o Doria 2016, ganhando já no 1º turno, com chapa puro-sangue. Quanto ao presidente do diretório paulistano, Fernandão Alfredo, tá escrevendo o nome nesta história

+

ASSEMBLEIA (SP)

Não estranhem se houver violência no Parlamento contra privatização ou reforma administrativa de órgãos do Estado de São Paulo. É que os sindicalistas ligados aos partidos em oposição ao PSDB sabem que vão perder o pouco poder que resta

+

GOVERNO (SP)

Na sua volta em estilo triunfante - recuperado da Covid 19 junto com sua esposa e 1ª Dama Bia - o comunicador Doria (dono do novo PSDB 'liberal do centro') aproveitou pra atacar Bolsonaro e defender jornalistas e imprensa atacados pelo Presidente

+

CONGRESSO (BR)

O valor de 400 Reais é o tal meio-termo entre a proposta inicial de 200 Reais como ajuda emergencial pros milhões de carentes e desempregados prejudicados ainda mais pela pandemia Covid 19. Pelo menos até dezembro deste terrível ano de 2020

+

PRESIDÊNCIA (BR)

A 1ª Dama do Brasil, Michelle Bolsonaro, aceitou receber o título de Cidadã Paulistana do vereador Rinaldi Digilio - (ex-REPUBLICANOS hoje no PSL que foi do Jair Bolsonaro) na Câmara de São Paulo. Ela é Batista e ele fundador e líder da igreja Quadrangular "Família Global"

+

PARTIDOS (BR)

No REPUBLICANOS (ex-PRB), do deputado federal (SP) Russomanno que em 2020 disputará pela 3ª vez a prefeitura de São Paulo, já rola uma preocupação com a perda de espaços de vereadores na prefeitura de Covas, como já rolou com o Zé Turin

+

HISTÓRIAS

Peço perdão aos leitores, por não ter publicado na data (24 agosto) sobre os 66 anos do suicídio do Presidente do Brasil Getúlio Vargas. A história do Varguismo começa com a tomada do poder em 1930 e um período de ditadura até a Constituição 1946. Fundou o PTB em 1945

cesar@cesarneto.com

Governo de SP inaugura novo posto do Procon localizado em delegacia da capital

O Governador João Doaria inaugurou de forma virtual, na terça-feira (25), o primeiro Posto Avançado de Atendimento e Orientação ao Consumidor implantado no 8º Distrito Policial do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP) da Polícia Civil. A iniciativa foi realizada de forma integrada entre a Fundação Procon-SP, Secretaria da Segurança Pública (SSP) e Secretaria da Justiça.

Esse primeiro posto será capaz de atender mil pessoas a cada três meses e também realizará audiências de conciliação. De acordo com o Governador, outros postos serão inaugurados ainda neste ano.

"Nós demos um passo importante, nada parou em função da pandemia, prosseguimos os trabalhos em todas as áreas de Governo e este é mais um exemplo de ação que se materializa e a partir de agora vai servir ainda melhor a população do Estado de SP", disse Doria.

Apesar da possibilidade de acesso de alguns serviços pela internet, o atendimento presencial abrange 40% das demandas registradas pelo Procon. Para o Secretário de Defesa do Consumidor, Fernando Capez, a parceria com a SSP é uma grande vitória para o consumidor.

"Assim, torna-se essencial o compartilhamento de dados e informações entre ambos, bem como uma aliança estratégico-operacional, a qual será facilitada com a aproximação física entres os mesmos", falou Capez.

Com essa parceria o serviço de atendimento ao cidadão permitirá maior eficiência tanto na investigação de crimes que envolvam relação de consumo, quanto na orientação e encaminhamento de reclamações que constituam crimes, além de possibilitar o mapeamento dos reclamados e a identificação de organizações criminosas.

Para ser atendido nesse posto o consumidor deverá fazer agendamento prévio no Portal AgendaSP.

Monitoramento de praias já devolveu à natureza mais de 2,7 mil animais

O Projeto de Monitoramento de Praias (PMP), executado pela Petrobras, está completando cinco anos de atividades na Bacia de Santos. Nesse período, 2,7 mil animais foram devolvidos à natureza, entre 11,2 mil atendidos e 87,8 mil registrados. A equipe atua diariamente no resgate de animais marinhos vivos debilitados, encontrados na área entre Laguna (SC) e Saquarema (RJ).

Em cinco anos, foram 2.070 aves, 89 mamíferos e 602 quelônios devolvidos aos seus habitats, enquanto 7.574 aves, 1.874 mamíferos e 3.522 quelônios foram atendidos. Outros dados mostram o alcance do trabalho, com cerca de 1,5 milhão de quilômetros de monitoramento diário e contribuições para 200 trabalhos científicos, como teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, resumos em congressos e artigos.

De acordo com a gerente-geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo da Petrobras, Daniele Lomba, a atuação do projeto na Bacia de Santos vem gerando vasto conhecimento sobre diferentes espécies marinhas. "A atividade de monitoramento de praias é uma das principais fontes de informações sobre as aves, quelônios e mamíferos marinhos, essenciais para a conservação dessas espécies". Entre janeiro e junho deste ano, o PMP da Bacia de Santos havia registrado mais de 2,5 mil pinguins nas praias monitoradas, o maior número em apenas um semestre.

O projeto contribui para a coleta e o armazenamento de dados por meio de um banco de acesso público, chamado Sistema de Informação de Monitoramento da Biota Aquática (Simba), que subsidia informações para planos de manejo e tomadas de decisões dos órgãos ambientais e favorece a disseminação do conhecimento por meio de pesquisas e publicações técnico-científicas. Além da importância para a preservação das espécies em razão das ações de reabilitação, o programa emprega centenas de profissionais de diversas áreas, como oceanógrafos, biólogos, veterinários. Atualmente, são 449 colaboradores que atuam nas três áreas (Santa Catarina/Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro).

"Em agosto de 2015 começamos a ter uma ideia da realidade da mortalidade e dos encalhes de animais marinhos na costa litorânea que abrange o projeto. Os dados coletados servirão como linha de base para apontarmos possíveis mudanças nos padrões de encalhes e o que realmente faz parte da normalidade do ambiente marinho", explicou o coordenador da área que abrange Santa Catarina e o Paraná, André Barreto.

O projeto é o maior programa de monitoramento de praias do mundo. O monitoramento é fiscalizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e compreende o resgate, a reabilitação e soltura de mamíferos, tartarugas e aves marinhas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade marinha. Atualmente, há quatro projetos de monitoramento que atuam em dez estados litorâneos, acompanhando mais de 3 mil quilômetros de praias. O PMP da Bacia de Santos é o mais recente da Petrobras.

As equipes dos PMPs trabalham diariamente no resgate de animais marinhos debilitados e de carcaças encontradas em variados estágios de decomposição. Muitos animais encontrados apresentam lesões causadas por embarcações, linhas de pesca e estão afetados pelos resíduos sólidos ou até mesmo mortos. Todos os animais encontrados são avaliados e, quando necessário, encaminhados para o atendimento veterinário.

Após a estabilização do quadro clínico, o animal é ambientado para retornar à natureza. No entanto, antes da soltura eles recebem uma marcação que permitirá o acompanhamento caso reapareçam em outra região. Os pinguins, por exemplo, recebem chips. Nos animais encontrados mortos é realizada necropsia para identificar a causa da morte e avaliar se houve interação com atividades humanas.

Governo de SP inaugura Deic de Sorocaba

Deic de Sorocaba atuará no combate aos crimes de maior relevância, como crime organizado, lavagem de dinheiro, homicídio e latrocínio.

Deic é composta pela junção das antigas delegacias de investigações Gerais (DIG) e Sobre Entorpecentes (Dise) e do Grupo de Operações Especiais (GOE)

Unidades em Araçoiaba da Serra e Votorantim foram reformadas sob investimento de mais de R$ 8,4 milhões

O Governador João Doria participou na terça-feira (25) de evento virtual para inauguração da Divisão Especializada de Investigações Criminais de Sorocaba e descerramento de placas da Delegacia Seccional da cidade e das Delegacias de Araçoiaba da Serra e Votorantim, reformadas sob investimento de mais de R$ 8,4 milhões.

"Estamos fazendo a entrega das delegacias de forma virtual dadas as circunstâncias da pandemia. Mas sem parar, sem inibir ou mudar o ritmo de obras e serviços do Governo do Estado. Isso vale tanto para a Segurança Pública como os demais setores. Temos inaugurado pontes, estradas, centros de assistência social e outras obras de forma virtual também", declarou Doria.

Subordinada ao Departamento de Polícia Judiciária do Interior 7 (Deinter 7), a Deic de Sorocaba é composta pela junção das antigas delegacias de investigações Gerais (DIG) e Sobre Entorpecentes (Dise) e do Grupo de Operações Especiais (GOE).

A Deic foi instalada em um prédio próprio da Polícia Civil, anexo à Seccional, na Avenida General Carneiro, no bairro Cerrado. A entrega do imóvel que abrigava a DIG e a Dise proporcionou uma economia aos cofres públicos de R$ 1.538.400,00 em aluguéis.

O Governo do Estado investiu R$ 3.224.686,50 na reforma e ampliação do edifício, que conta com 20 salas, quatro banheiros e duas cozinhas. O espaço é totalmente climatizado e tem rede de energia principal protegida com nobreak, além ser acessível para pessoas com mobilidade reduzida.

Com 50 policiais civis e 12 viaturas, a Deic atuará no combate aos crimes de maior relevância: crime organizado, lavagem de dinheiro, homicídio e latrocínio, crimes contra o patrimônio (roubo a banco e roubos de maior repercussão), tráfico de drogas, além de realizar ações preventivas com o GOE.

Reformas

A Delegacia Seccional de Sorocaba foi reformada com investimento de R$ 1.524.250,64, sem que o atendimento ao público fosse interrompido. O efetivo atual é de 45 policiais e 34 viaturas. Completamente acessível a pessoas com mobilidade reduzida, o espaço conta com 24 salas, cinco banheiros e duas cozinhas, além de um miniauditório para a imprensa e controle de acesso.

Em Araçoiaba da Serra, o Governo investiu R$ 1.005.878,49 nas obras iniciadas em setembro de 2018. A delegacia tem oito salas e três banheiros. A equipe de da Polícia Civil conta com quatro viaturas para o atendimento à população.

Para a Delegacia de Votorantim, o investimento foi de R$ 2.717.604,03. Além da reforma e ampliação, a obra envolveu uma completa adaptação da antiga Cadeia Pública Feminina, agregando os três distritos policiais que funcionam no município. São 23 salas, duas cozinhas e 11 banheiros, acomodando os 19 policiais que atuam no local.

São Paulo registra 407 mortes por coronavírus em 24 horas

Pela oitava vez desde o início da pandemia, o estado de São Paulo ultrapassou a marca de 400 mortes provocadas pelo novo coronavírus em apenas um dia. Nas últimas 24 horas, o estado contabilizou 407 óbitos provocados pela doença, somando agora 28.912 mortes. O número de mortes e de casos costumam ser maiores às terças-feiras porque há um represamento de dados nos finais de semana.

Já o total de casos confirmados somou hoje 765.670, com 9.190 deles contabilizados nas últimas 24 horas. Até o momento, 579.467 pessoas estão recuperadas.

Há 11.549 pessoas internadas em todo o estado em casos suspeitos ou confirmados do novo coronavírus, sendo 5.090 em estado grave. A taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) está hoje em 55,2% no estado e em 53,2% na Grande São Paulo. (Agência Brasil)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1° andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Demanda global de energia deve fechar 2020 com maior recuo em 70 anos

Ao fim deste ano, a demanda de energia deve ter registrado queda de 6% em todo o mundo, recuo sete vezes maior do que o atingido durante a crise financeira de 2009, aponta análise da empresa de contabilidade e auditoria PwC, elaborada com base em dados da Agência Internacional de Energia para 2020 (IEA). O choque no consumo é o maior já visto nos últimos 70 anos.

O estudo Futuro da Indústria de Óleo & Gás prevê ainda que o ano será encerrado com diminuição de 20% nos investimentos em energia. Como fator principal da redução, o documento aponta a recessão global, que, por sua vez, está relacionada às restrições decorrentes da pandemia de covid-19, como limitação de circulação de pessoas e de atividades econômicas.

A PwC destaca também que a crise gerada pela pandemia desestabilizou todos os níveis do setor de energia, do suprimento à produção de combustíveis. O estudo avalia que haverá consequências tanto para a segurança energética como para a adoção de fontes de energia limpa. Um dos prognósticos é de que a energia nuclear seja a menos afetada pelas medidas de quarentena.

O que se imagina é uma pausa na transição energética como resultado da falta de recursos para viabilizá-la. Segundo os especialistas da PwC, o processo voltará a avançar à medida que os países se recuperem economicamente e tenham condições de financiar a transição.

Prognósticos

Há probabilidade de que a estagnação econômica perdure até 2022 e de que o cenário comece a se reverter entre 2023 e 2025. Somente entre 2025 e 2030 é que os países deverão voltar a crescer, segundo o estudo.

Para Jaime Andrade, sócio da PwC Brasil, a tendência é de que a substituição do petróleo e do gás por fontes alternativas se complete somente após décadas. Ele destaca, porém, que, devido às particularidades de cada região, isso pode ocorrer de forma mais acelerada, mas que em muitos países a transformação será mais lenta, por conta da pandemia.

O relatório ressalta também que o preço do petróleo deve subir nos próximos três ou quatro anos, em virtude da escassez de oferta. Por isso, é esperado um ciclo de expansão para a indústria de petróleo e gás entre 2024 e 2030.

A perspectiva é de que levará cerca de quatro anos para que a demanda global volte a 100 milhões de barris por dia e que o valor do Petróleo West Texas Intermediate (WTI) – petróleo bruto do Texas cujo valor serve de referência para se fixar o preço do petróleo no mercado norte-americano – alcance US$ 53,98 em janeiro de 2024. (Agência Brasil)

Governo lança Programa Casa Verde e Amarela

O presidente Jair Bolsonaro lançou na terça-feira, (25) o novo programa habitacional do governo federal. Chamado de Casa Verde e Amarela, o programa é uma reformulação do Minha Casa Minha Vida, com foco na regularização fundiária e na redução da taxa de juros, para aumentar o acesso dos cidadãos ao financiamento da casa própria.

Durante cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro assinou a medida provisória (MP) que cria o programa e disse que, agora, "a bola está com o Parlamento". "Não tenho muito a dizer, apenas cumprimentar os ministros que trabalharam incansavelmente nessa questão, bem como o nosso Parlamento, que agora recebe essa MP e a aprovará, com toda certeza e, se for o caso, fará aperfeiçoamentos. Assim é que se fazem as leis, assim que nos apresentamos para atender a nossa sociedade", disse.

A meta é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, um incremento de 350 mil residências em relação ao que se conseguiria atender com os parâmetros atuais. Isso será possível em função de negociações com o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que subsidia o programa, e com a Caixa Econômica Federal, que é o agente financeiro.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional, as Regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R$ 2 mil mensais e 0,25 ponto para quem ganha entre R$ 2 mil e R$ 2,6 mil. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano e, nas demais regiões, a 4,5% ao ano.

"Nós teremos um tratamento diferenciado para as regiões que historicamente têm uma condição menor em relação aos seus índices de desenvolvimento humano", disse o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O limite do valor dos imóveis financiados no Casa Verde e Amarela também foi ampliado, com o objetivo de estimular a construção civil a atuar nessas localidades.

Ao longo de quatro anos, o subsídio do FGTS vai cair de R$ 9 bilhões ao ano para R$ 7,5 bilhões ao ano. Ainda assim, segundo o ministro, com a diminuição da taxa de juros e da prestação do financiamento, famílias que antes não eram atendidas em razão da faixa de renda, poderão acessar os benefícios, já que a legislação prevê que as famílias podem comprometer apenas 30% da sua renda com prestação habitacional.

Ao mesmo tempo, a Caixa aceitou reduzir a taxa de remuneração para a prestação dos serviços. "Isso é eficiência e saber gerir os recursos públicos, e tendo zelo pelo dinheiro da população. Isso vai permitir que mais 350 mil unidades sejam construídas com menos dinheiro", disse Marinho, destacando que o governo prevê agregar mais de 2 milhões de novos empregos diretos e indiretos e mais de R$ 11 bilhões de recursos à arrecadação.

Renegociação e regularização

O ministro explicou ainda que o Casa Verde e Amarela permite a renegociação de dívidas dos mutuários da faixa 1, de baixa renda, o que o Minha Casa Minha Vida não permitia. "Falamos de

Foto Marcos Corrêa/PR

inadimplência beirando 40% dessas famílias. E são os mais pobres, os que ganham até R$ 1,8 mil", disse. Um mutirão de renegociação deverá ser organizado após o fim da pandemia de covid-19.

Em negociação com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o governo federal também vai destinar R$ 500 milhões para programas de regularização fundiária e pequenas melhorias habitacionais em inadequações. São recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, fundo privado alimentado por mais de 30 bancos.

Marinho estima que mais de 40% dos 70 milhões de habitações do país não tenham escritura pública. A meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024. Esse programa será realizado por meio de editais, em parceria com os governos locais, para famílias com renda de até R$ 5 mil mensais que vivam em núcleos urbanos informais.

Até então, as prefeituras realizavam programas próprios de acordo com o Estatuto das Cidades, de 2000, e o Reurb, de 2017. "O que não havia era uma política de apoio do governo federal. Vamos disponibilizar os recursos e auxílio técnico, levando em consideração o que deu errado em uma série de programas por todo o país", explicou o ministro.

Em relação à melhoria dos imóveis, o programa prevê reforma e ampliação do imóvel, como construção de telhado, quarto extra, banheiro, instalações elétricas ou hidráulicas, colocação de piso e acabamentos em geral. Também poderão ser instalados equipamentos de aquecimento solar ou eficiência energética. Serão atendidos proprietários de imóveis escolhidos para regularização fundiária, com renda mensal de até R$ 2 mil.

Novos grupos

O conceito de faixas de renda do Minha Casa Minha Vida foi alterado para grupos no Casa Verde eAmarela. São eles: Grupo 1, famílias com renda de até R$ 2 mil; Grupo 2, famílias com renda entre R$ 2 e R$ 4 mil; e Grupo 3, famílias com renda entre R$ 4 mil e R$ 7 mil.

De acordo com cada grupo, há subsídios e programas diferentes que serão oferecidos aos cidadãos. As diferenças deverão ser especificadas em regulamentação do Ministério do Desenvolvimento Regional. (Agência Brasil)

Conab projeta em 8% o crescimento da safra de grãos

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta que o Brasil pode colher até 278,7 milhões de toneladas de grãos na safra 2020/2021. O volume é 8% acima do que o país produziu na safra 2019/2020. A estimativa foi divulgada na publicação Perspectivas para a Agropecuária - Edição Grãos (Volume 8), divulgada na terça-feira (25) pela estatal.

O documento retrata as expectativas de produção, com base em dados da lavoura, previsões de clima e imagem de satélites, em lavouras de 15 grãos, especialmente soja, milho, arroz, feijão e algodão, que somadas equivalem a 95% da produção de grãos do país.

Conforme a publicação, as colheitas de soja devem render 133,5 milhões de tonelada. O milho deve atingir 112,9 milhões de toneladas. O arroz deverá ter uma colheita de 11,98 milhões; e o feijão, mais de 3,04 milhões. A safra de algodão deverá ser de 2,55 milhões de toneladas de pluma.

Soja em alta

Além das técnicas de manejo agrícola e das condicionantes impostas pelo clima e pelo meio ambiente que favorecem a produtividade, o desempenho de cada lavoura guarda relação com o mercado de grãos. No caso da soja, por exemplo, o aumento da produção "reflete a expectativa de que continue boa sua rentabilidade."

"Os preços do grão devem se manter elevados, alavancados pela valorização do dólar e pela boa demanda internacional", diz nota da Conab que repara na queda de produção da Argentina, concorrente do Brasil nas exportações de soja.

Além do mercado externo, a produção de soja é estimulada internamente pelo aumento da proporção de biodiesel misturado no diesel comercializado no Brasil - de 12% para 13% - e pelo consumo para alimentação do gado de corte, em expansão por causa de "um bom ritmo de produção de carnes", assinala a companhia.

A ração dos bovinos e o dólar sobrevalorizado também ampliam a demanda por milho, que deverá ter crescimento de 7% na área de plantio nas três safras que ocorrem em 2020 e 2021.

O desempenho da soja e do milho compensam outros resultados. A Conab indica que deverá haver queda de 4% na produtividade tanto no arroz quanto no feijão. O percentual comum é a razão entre a extensão da área plantada e o volume de grãos produzidos.

Entre os cinco principais grãos, o pior resultado é do algodão, que afetado pela covid-19 terá colheita 12% menor na safra 2020/2021 do que da safra 2019/2020. "O mercado de algodão tem sido fortemente atingido pela pandemia, o que desestimula o plantio. O prognóstico da Conab é de redução de 11% da área e de 2% da produtividade na safra" diz a companhia.

PIB

Apesar do revés no algodão, o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário "deverá ter um crescimento de 1,5% em 2020". Isso porque "os segmentos da lavoura com maior peso no cálculo do PIB já tinham finalizado o plantio no período da pandemia, o que contribuiu para a manutenção da estimativa do valor agregado do componente para o ano", assinala a publicação.

O documento informa ainda que "as lavouras intensivas em mão de obra, como a laranja e o café, que sinalizaram certa preocupação na contratação sazonal no início da colheita, não sofreram impacto significativo da covid-19".

A produção do setor agropecuário, que reúne as atividades primárias de colheita e de criação de gado, compõe o PIB do agronegócio que também considera a produção de insumos (como fertilizantes e defensivos ou agrotóxicos), a agroindústria (como frigoríferos e usinas de cana-de-açúcar) e os agrosserviços (como transporte, veterinária e engenharia agrônoma). (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Argentina: acordo com credores reduz diferença entre taxas do peso

O recente acordo de reestruturação da dívida da Argentina com os credores deve ajudar a reduzir a grande diferença entre a taxa de câmbio oficial do peso e a taxa do mercado paralelo, disse o presidente do Banco Central do país, Miguel Ángel Pesce, na terça-feira (25).

Pesce, em uma conferência virtual, chamou a atual taxa de câmbio do peso, que tem sido sustentada por medidas de controle cambial desde o ano passado, de "competitiva" e disse não esperar que mais controles sejam necessários.

A moeda local abriu em queda de 0,11% após os comentários de Pesce, a 73,81 pesos por dólar.

"O que estamos esperando é uma melhora nas expectativas. Se essa melhora nas expectativas ocorrer, não encontraríamos motivos para ter que estabelecer maiores restrições ao mercado de câmbio", explicou.

A taxa de inflação da Argentina também deve continuar desacelerando em 2021, acrescentou Pesce. (Agência Brasil)

Itália começa a testar possível vacina contra covid-19 em voluntários

A Itália iniciou testes de uma candidata a vacina contra a covid-19 em humanos na segunda-feira (24), juntando-se a um esforço global em busca de uma reação ao vírus, que deu sinais de estar ressurgindo na Europa.

O Instituto Lazzaro Spallanzani, um hospital de Roma especializado em doenças infecciosas, realizará testes com 90 voluntários nas próximas semanas, na esperança de que uma vacina esteja disponível até a primavera local do ano que vem.

Francesco Vaia, diretor de saúde do hospital Spallanzani, disse à Reuters que o primeiro paciente será monitorado durante quatro horas antes de voltar para casa, onde será mantido em observação durante 12 semanas.

"Veremos se ele apresenta algum efeito colateral e se produz anticorpos neutralizadores", disse Vaia, acrescentando que a segunda fase dos teste acontecerá em países com taxas de infecção mais altas, como México e Brasil.

"Se conseguirmos ser rápidos, teremos as primeiras vacinas no mercado na próxima primavera", acrescentou Vaia.

A potencial vacina, chamada GRAd-COV2, foi desenvolvida pela ReiThera, uma empresa sediada em Roma. A região de Lazio, no entorno da capital italiana, informou em comunicado que testes iniciais, inclusive em animais, deram resultados positivos.

Várias vacinas em potencial estão passando por testes em diversos países, como Índia, Reino Unido, Rússia e China, enquanto cientistas correm para desvendar os segredos de um vírus que surgiu há menos de um ano.

"As mentes e pesquisas de nosso país estão a serviço do desafio global de derrotar a covid", escreveu o ministro da Saúde, Roberto Speranza, no facebook ao anunciar o início do teste.

A Itália, que soma mais de 35 mil mortes e é uma das nações europeias mais atingidas, viu a epidemia atingir seu pico entre março e abril e depois aparentemente recuar, mas desde então testemunhou uma disparada de casos novos – mais de mil foram registrados no último fim de semana.

Outros países da Europa viram aumentos ainda maiores, depois do relaxamento das restrições severas e das medidas de distanciamento social impostas no começo do ano. (Agência Brasil)

OMS pede cautela com plasma para covid-19 após autorização dos EUA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi reticente, na segunda-feira (24) ao o uso de plasma de pacientes recuperados de covid-19 para tratar os doentes. Segundo a OMS, os indícios que apontam sua eficiência continuam sendo de "baixa qualidade", apesar de os Estados Unidos (EUA) erem emitido uma autorização emergencial para essa terapia.

O chamado plasma convalescente, que é usado há tempos para tratar doenças, surgiu como a polêmica mais recente da corrida por terapias contra a covid-19.

No domingo (23), a Food and Drug Administration (FDA), agência reguladora de remédios dos Estados Unidos, autorizou seu uso depois de o presidente Donald Trump acusar a agência de segurar o lançamento de vacinas e terapias por motivos políticos.

A técnica envolve a retirada de plasma rico em anticorpos de pacientes que se recuperaram da covid-19 para dá-los àqueles que estão sofrendo infecções ativas graves, na esperança de que se recuperem mais rapidamente.

Soumya Swaminathan, cientista-chefe da OMS, disse que só alguns testes clínicos com plasma convalescente produziram resultados, e que até agora os indícios não foram convincentes o bastante para aprová-lo, a não ser como terapia experimental. Embora alguns testes tenham mostrado algum benefício, explicou ela, foram pequenos e seus dados são inconclusivos por enquanto.

"No momento, ainda são indícios de muito baixa qualidade", disse Swaminathan em entrevista coletiva. "Por isso, recomendamos que o plasma convalescente ainda seja uma terapia experimental, ele deveria continuar sendo avaliado em testes clínicos aleatórios bem concebidos."

Os estudos são conflitantes: um estudo chinês indicou que o plasma de duas pessoas que se recuperaram do novo coronavírus não fez diferença em pacientes hospitalizados, enquanto outra análise de diversos estudos mostrou que ele pode diminuir o risco de morte.

Um desafio, acrescentou Swaminathan, é a variabilidade do plasma, já que ele é colhido de muitas pessoas, produzindo um resultado menos padronizado do que os anticorpos monoclonais criados em laboratório.

Bruce Aylward, conselheiro-sênior da OMS, acrescentou que, além da eficiência do plasma, também existem riscos de segurança em potencial que precisam ser verificados. "Existem vários efeitos colaterais", disse ele, que vão de febres suaves a lesões pulmonares graves ou sobrecarga circulatória. "Por essa razão, os resultados de testes clínicos são extremamente importantes."

Neste mês, o Instituto Nacional de Saúde dos EUA anunciou que está concedendo milhões de dólares para um teste de estágio intermediário de plasma convalescente. (Agência Brasil)

Correios entram com dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho

Os Correios anunciaram na terça-feira, (25) que entraram com dissídio coletivo de greve no Tribunal Superior do Trabalho (TST) por não ter havido acordo com as entidades que representam os funcionários parados desde a segunda-feira passada (17). A partir de agora, o tribunal vai mediar a negociação por reajuste de salário dos empregados.

De acordo com os Correios, desde julho são realizadas tentativas de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as entidades que representam os empregados. A estatal informou que os salários dos empregados seguem resguardados e os trabalhadores continuam tendo acesso, por exemplo, ao benefício auxílio-creche e ao tíquete refeição e alimentação, em quantidades adequadas aos dias úteis no mês, de acordo com a jornada de cada trabalhador.

Mesmo com a greve, os Correios afirmam que mantêm a rede de atendimento aberta em todo o país e os serviços, inclusive o Sedex e o PAC, continuam ativos. Mas as postagens com hora marcada, suspensas desde o início da pandemia, ainda estão indisponíveis.

"A Coleta Programada não sofreu alteração, assim como a Logística Reversa, que permanece operando normalmente em nossas agências, bem como o serviço de telegrama, que continua sendo prestado com um acréscimo de um dia ao prazo previsto de entrega", afirmou a empresa.

Greve

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect), parte dos trabalhadores decidiu cruzar os braços em protesto contra a proposta de privatização da estatal e pela manutenção de benefícios trabalhistas.

A categoria também reivindica mais atenção, por parte da empresa, quanto aos riscos que o novo coronavírus representa para os empregados. (Agência Brasil)

Unicef diz que pandemia afeta mais famílias com criança e adolescente

Os efeitos socioeconômicos da crise sanitária causada pela covid-19 no Brasil impactaram mais as famílias com crianças ou adolescentes. Dados de uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indicam que, desde a confirmação da chegada do novo coronavírus (covid-19) ao Brasil, no fim de fevereiro, essas famílias vêm sendo mais afetadas pela redução de rendimentos e a outros aspectos negativos da pandemia.

A pesquisa Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes foi feita pelo Ibope, entre os dias 3 e 18 de julho, por telefone, ouviu 1.516 entrevistas com pessoas de todo o país, com idade superior a 18 anos. Dos entrevistados, 60% não residiam com crianças ou adolescentes, e 40% moravam com alguém com menos de 17 anos.

Enquanto 55% do total de entrevistados afirmaram que o rendimento familiar tinha diminuído no mês anterior à entrevista, entre as famílias com crianças e adolescentes esse percentual foi de 63%. E ao passo que 37% dessas famílias mais afetadas perderam até metade de seus rendimentos, 79% das que não residem com crianças ou adolescentes afirmaram ter perdido menos da metade de sua renda. Além disso, enquanto do total de entrevistados 46% pediram o auxílio emergencial de R$ 600, entre os que têm crianças ou adolescentes em casa esse percentual chegou a 52%.

"A pesquisa deixa claro que os impactos econômicos e sociais da pandemia afetam mais crianças, adolescentes e suas famílias", disse a chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do Unicef no Brasil, Liliana Chopitea, em nota divulgada pelo fundo.

"Suas famílias [que residiam com crianças e adolescente] tiveram as maiores reduções de renda; a qualidade da alimentação que recebem piorou, e muitos de seus direitos estão em risco. É fundamental entender esses impactos e priorizar os direitos de crianças e adolescentes na resposta à pandemia", disse a representante adjunta da organização no Brasil, Paola Babos, referindo-se a outros aspectos avaliados na pesquisa, como a segurança alimentar e nutricional.

Hábitos alimentares

Questionados se, em suas casas, hábitos alimentares tinham sofrido mudanças a partir de 24 de fevereiro, quase a metade dos entrevistados (49%) respondeu que sim. Já entre os que moram com crianças e adolescentes, esse percentual foi de 58%. Ainda entre os entrevistados desse segundo grupo, 31% disseram que passaram a consumir mais alimentos industrializados, como macarrão instantâneo, bolos, biscoitos recheados, achocolatados, alimentos enlatados, refrigerantes e bebidas açucaradas, contra apenas 18% dos que não têm crianças em casas e que afirmaram ter passado a consumir alimentos menos saudáveis.

A pesquisa revela que 21% dos entrevistados passaram por algum momento em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para as compras. A situação é mais preocupante entre aqueles que residem com crianças e adolescentes, em que o percentual dos que enfrentaram semelhante situação chegou a 27%.

A pesquisa encomendada pela Unicef também abordou a situação do ensino durante a pandemia. Dos entrevistados que moram com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos, que estavam matriculados em escolas públicas ou privadas antes da pandemia, 91% disseram que eles continuaram realizando em casa as atividades pedagógicas, sendo 87% com a ajuda da internet.

Para as representantes da Unicef, com a pandemia, as desigualdades podem se agravar, prejudicando ainda mais àquelas famílias que já se encontravam em situação de vulnerabilidade.

"É importante que os programas regulares de proteção social incluam, de maneira sustentável, todas as famílias vulneráveis. Por isso, [os programas] precisam ser focalizados nas [famílias] que mais precisam, aquelas com crianças, que já apresentavam altos índices de vulnerabilidades, acentuadas pela pandemia. Em momentos de planejamento fiscal e orçamentário, é fundamental olhar a proteção social não como um gasto e sim como um investimento no presente e no futuro do País", defende Liliana Chopitea. (Agência Brasil)

Entra em operação novo sistema de busca de ativos pela Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Banco Central e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) colocaram em funcionamento, na terça-feira (25), um novo sistema eletrônico que amplia as possibilidades de busca e bloqueio judicial de ativos no Sistema Financeiro Nacional.

O Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SisbaJud) substitui o BacenJud, cujo código se tornou obsoleto e não permitia novos avanços tecnológicos.

Além do envio eletrônico de pedidos de informações básicas sobre contas e saldos, o que já era permitido pelo BacenJud, pelo novo sistema os juízes poderão requerer diretamente às instituições financeiras informações mais detalhadas sobre os ativos de investigados.

Entre as informações que agora podem ser requisitadas eletronicamente pelos magistrados estão extratos bancários; contratos de abertura de contas corrente e de investimento; faturas de cartões crédito; contratos de câmbio; cópias de cheques; e extratos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)."

O SisbaJud passa a permitir também o bloqueio eletrônico e célere não só de ativos em conta corrente, como também de ativos mobiliários, como ações e títulos de renda fixa.

Para o presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, Dias Toffoli, o novo sistema deve garantir "maior agilidade nas comunicações entre os órgãos do Judiciário e as instituições financeiras, sempre com o devido resguardo da segurança e do sigilo das informações".

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou que o novo sistema permite a comunicação direta entre juízes e instituições financeiras, acelerando o trânsito de informações.

"Por seu intermédio [do SisbaJud], as ordens judiciais são dirigidas instantaneamente ao Sistema Financeiro e deixam de passar por tratamento do Banco Central, permitindo a que os magistrados tenham acesso rápido e seguro às informações bancárias necessárias à prestação jurisdicional", disse Campos Neto. (Agência Brasil)

CNJ afasta desembargador que humilhou guarda em Santos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu na terça-feira, (25) afastar o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), temporariamente do cargo. No mesmo julgamento, o colegiado também abriu um processo administrativo disciplinar para apurar a conduta do magistrado.

Em julho, enquanto caminhava na praia, Siqueira foi multado pela Guarda Civil Municipal (GCM) de Santos pelo descumprimento do decreto municipal que determinou o uso obrigatório de máscara facial durante a pandemia de covid-19. O fato foi descoberto após a publicação de um vídeo nas redes sociais, no qual o desembargador desrespeita o guarda que o aborda, dizendo que iria jogar a multa na cara dele e ainda o chama de analfabeto.

Por unanimidade, os conselheiros acompanharam voto proferido pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, para abrir a investigação para apurar a violação aos preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e ao Código de Ética da Magistratura e determinar o afastamento do cargo.

Segundo Martins, o desembargador será investigado pela forma abusiva que tratou os guardas, por ter rasgado a multa e jogado o canhoto no chão e ter ligado para secretário de Segurança de Santos, Sérgio del Bel, para pedir providências contra a equipe da GCM.

Além disso, o corregedor disse que Eduardo Siqueira respondeu a 40 processos disciplinares durante a carreira. Segundo a defesa, todos foram arquivados. "Foi gravada a forma abusiva, a forma autoritária, a forma como foi atacado o agente da guarda municipal", afirmou.

Durante o julgamento, o advogado José Eduardo Alckmin disse que o caso representou um episódio isolado, que não pode macular a história de 33 anos do desembargador. Além disso, o defensor disse que Siqueira se retratou após os fatos.

"Não foi uma coisa que tenha um fundamento maior que um episódio isolado ou uma passagem isolada em função da irritação de ter que usar a máscara quando a exigência repousava em apenas um decreto", declarou o advogado. (Agência Brasil)

PF e MPF investigam fraudes em licitações da Petrobras

Cerca de 60 policiais federais estão cumprindo, desde as primeiras horas da manhã de terça-feira, (25),15 mandados judiciais de busca e apreensão expedidos contra suspeitos de integrar um suposto esquema de fraude de licitações realizadas pela Petrobras.

Os mandados estão sendo cumpridos em Brasília, João Pessoa, Cabedelo (PB) e Campina Grande (PB), com a cooperação do Ministério Público Federal (MPF). Em nota, a Polícia Federal (PF) informou que, entre os alvos da ação, há executivos de grandes empreiteiras, mas nem as identidades pessoais, nem os nomes das empresas investigadas foram revelados.

Ainda segundo a PF, os supostos crimes foram denunciados por executivos de uma empreiteira que assinaram acordos de colaboração premiada com o MPF, no âmbito da Operação Lava Jato, e continuam sendo investigados.

Segundo os colaboradores, diretores da estatal petrolífera cujos nomes também não foram divulgados recebiam "pagamento sistemático de propinas" em troca de fraudar licitações para favorecer determinadas empresas.

A PF afirma que a propina era paga ao destinatário por meio de doações a um partido político que, posteriormente, o repassava a empresas paraibanas. Há indícios de que o principal investigado, um executivo da Petrobras, solicitou e recebeu ao menos R$ 4 milhões para "blindar" os executivos das empreiteiras alvos desta 73ª fase da Operação Lava Jato, denominada Ombro a Ombro. (Agência Brasil)

Fomento Paraná retoma oferta do microcrédito e linhas para investimento

Passada a fase mais aguda de redução das atividades econômicas por causa das medidas sanitárias para prevenção ao avanço do novo coronavírus, a Fomento Paraná retoma a oferta de crédito para projetos de investimento, como obras de construção e reformas, compra de máquinas e equipamentos e também projetos de inovação.

A rede de agentes de crédito da instituição, presente em mais de 220 municípios, está orientada a retomar a oferta do microcrédito, principal linha de crédito da empresa, com uma carteira ativa de R$ 102 milhões em recursos liberados para empreendedores informais, MEIs, micro e pequenas empresas de todas as regiões do estado. Os correspondentes, que atuam com operações em valores acima de R$ 20 mil, até R$ 1,5 milhão, também estão sendo orientados a buscar propostas para financiamento de investimento fixo.

"Nos últimos cinco meses nosso foco de atuação esteva voltado a fornecer capital de giro para ajudar os empreendedores a manter os negócios ativos, pagar contas com fornecedores e salários. Liberamos R$ 148 milhões nesse período, pelo programa Paraná Recupera, lançado pelo governador Ratinho Junior", explica Wellington Dalmaz, diretor de Operações do Setor Público e presidente interino da Fomento Paraná.

"Agora precisamos focar na retomada da economia. Fornecer crédito para investimento é nossa principal vocação como agência de fomento, porque o investimento está ligado a projetos de longo prazo, que movem as cadeias produtivas e induzem a geração de empregos e o incremento da renda", acrescenta.

De acordo com o diretor, a procura por capital de giro ainda deve permanecer alta nos próximos meses, mas a busca de recursos para projetos de investimento já é significativa, a partir da percepção do empresariado de sinais de maior movimentação da economia.

Com as novas perspectivas, a instituição alterou também os limites de valores financiáveis, que desde março estavam restritos a operações de capital de giro de até R$ 200 mil, visando principalmente o pagamento de salários para manutenção de empregos.

"Estamos reabrindo a possibilidade de financiar projetos de investimento de até R$ 1,5 milhão e ampliamos as operações de capital de giro para até R$ 500 mil, nas condições pré-pandemia", afirma Dalmaz. "As exceções são a linha Fomento Turismo, que permitirá atender projetos de investimento de até R$ 2 milhões, e as linhas de inovação, que recebem recursos da FINEP, que terão limite operacional de até R$ 10 milhões."

Outra novidade que deve estar disponível aos clientes da Fomento Paraná a partir dos próximos dias é o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), que vai facilitar a aprovação e reduzir os custos das operações com capital de giro até o limite de R$ 500 mil, na linha BNDES Crédito Pequenas e Médias Empresas.

"Esse é um diferencial importante, pois o uso da garantia do PEAC representaria um custo extra para o empreendedor, de até 5% do valor da operação, e a partir das novas regras definidas pelo BNDES, agora não precisará mais ser desembolsado", explica Valerio de Assis Souza Silva, coordenador da área de Operações do Setor Privado. (AENPR)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0223180-43.2009.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO RAMOS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) ROBERTO FERREIRA JORGE CANTUSIO, RG 5020801, CPF 025.074.728-63, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Condomínio Edifício The Plazza, para a cobrança de R$13.934,04 (novembro/2009), relativa às taxas condominiais de unidades autônoma nº 2.705, do condomínio autor, não pagas, referentes aos meses: 05/09/2007; 07/09/2007; 08/09/2007; 09/09/2007; 10/09/2007; 11/09/2007; 12/09/2007; 01/2008; 02/2008; 03/2008; 04/2008; 05/2008; 06/2008; 07/2008; 08/2008; 09/2008; 10/2008; 11/2008; 12/2008; 05/01/2009; 05/02/2009; 05/03/2009; 05/07/2009; 05/08/2009; 05/09/2009; 15/10/2009; e 15/11/2009 e as que vencerem no curso da presente ação. Encontrando-se a Ré em lugar incerto e ignorado, foi deferida a citação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de julho de 2020.

Processo 1009827-58.2013.8.26.0100 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - ROQUE VALENTE - Endrigo Lúcio Alves - A MMa. Juíza de Direito da 13ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, Dra. TONIA YUKA KOROKU, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ENDRIGO LÚCIO ALVES, (RG 44.074.056-7 e CPF 366.851.888-20), que ESPÓLIO DE ROQUE VALENTE, com CPF 039.486.648-15, neste ato representado por seu Inventariante MARCOS VALENTE, lhe ajuizou uma ação de Despejo por Falta de pagamento, julgada procedente, ora em fase de CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, para receber a quantia de R$397.529,92 (Abril/2020). Estando o executado em lugar ignorado,expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais,sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que,independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. - ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (OAB 999999/DP), LUCIANA RIBEIRO (OAB 258769/SP)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 1089320-45.2017.8.26.0100. A MMA. Juíza de Direito da 36ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI (CNPJ 19.341.902/0001-57, que lhe foi proposta uma ação de EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por parte de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PARI para cobrança de R$7.973,30 (Agosto/2017), referente os débitos condominiais do Apto. 62, do Condomínio Autor, situado na Rua Maria Marcolina, nº 871. Encontrando-se a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que, após o prazo deste, em 03 dias, PAGUE o DÉBITO ou em 15 dias, OFEREÇA EMBARGOS ou ainda, RECONHECENDO o crédito do exequente e DEPOSITANDO 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, PAGUE o RESTANTE em 6 PARCELAS MENSAIS, atualizadas, SOB PENA de PENHORA de tantos de seus bens quantos bastem para solução da dívida, ficando ciente também de que no silêncio será nomeado CURADOR ESPECIAL. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS.

Lembre sempre de lavar as mãos

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-35

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias. **A Diretoria.**
São Joaquim da Barra, 21 de agosto de 2020.

Balanços patrimoniais em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	846.898	465.019
Aplicações financeiras	9.a	29.568	12.335
Contas a receber de clientes	10	180.035	124.417
Estoques e adiantamentos a fornecedores	11	178.289	161.417
Ativo biológico	14	181.296	156.158
Impostos a recuperar	13	38.909	5.861
Instrumentos financeiros derivativos	27	53.606	1.205
Outros créditos		11.720	2.776
Total do ativo circulante		**1.520.321**	**956.008**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	21	5.958	2.485
Adiantamentos a fornecedores	11	48.681	29.460
Impostos a recuperar	13	8.923	6.114
Outros investimentos		2.590	2.590
Outros créditos		212	202
		66.364	31.851
Imobilizado	15	1.026.239	907.881
Intangível	16	2.495	2.213
Direito de uso	17	426.836	-
Total do ativo não circulante		**1.522.043**	**941.945**
Total do ativo		**3.042.364**	**1.897.953**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	18	70.513	34.292
Empréstimos e financiamentos	19	297.271	34.897
Parceria agrícola a pagar	17	105.649	-
Salários e encargos sociais		28.082	27.849
Tributos a recolher		11.089	12.625
Adiantamentos de clientes	20	2.922	2.333
Instrumentos financeiros derivativos	27	234.440	24.657
Dividendos propostos a pagar	23.d	-	16.106
Outras contas a pagar		904	880
Total do passivo circulante		750.870	166.639
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	1.108.478	709.385
Parceria agrícola a pagar	17	254.595	-
Provisão para contingências	21	28.228	29.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	96.151	167.104
Outras contas a pagar		-	357
Total do passivo não circulante		1.487.452	906.470
Total do passivo		2.238.322	1.073.109
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	380.000	380.000
Ajuste de avaliação patrimonial	23.c	8.821	10.424
Reservas de lucros		415.221	434.424
Total do patrimônio líquido		804.042	824.844
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.042.364**	**1.897.953**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial Custo atribuído ao ativo imobilizado	Investimento a valor justo	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva de retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2018		400.000	33.333	13.231	49.500	394.990	-	891.152
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	-	(3.714)	-	(3.714)
Tributos diferidos sobre reserva de reavaliação		-	(10.006)	-	-	-	-	(10.006)
Cisão parcial da Companhia para a Alta Mogiana Agro S.A.	1.a	(122.382)	(10.420)	-	-	-	-	(132.802)
Aumento de capital com reservas	23.a	102.382	-	-	-	(102.382)	-	-
Realização do custo atribuído			(2.487)	-	-	2.487	-	-
Movimentação do investimento ao valor justo			-	(13.231)	-	-	-	(13.231)
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	122.551	122.551
Destinações:								
Constituição de reserva legal	23.d		-	-	6.127	-	(6.127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d		-	-	-	-	(29.106)	(29.106)
Constituição de reservas de lucros			-	-	-	87.338	(87.338)	-
Saldos em 30 de abril de 2019		380.000	10.420	-	55.725	378.699	-	824.844
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	-	(893)	-	(893)
Realização do custo atribuído		-	(1.599)	-	-	1.599	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(19.909)	(19.909)
Destinações:								
Constituição de reservas de lucros		-	-	-	-	(19.909)	19.909	-
Saldos em 30 de abril de 2020		380.000	8.821	-	55.725	359.496	-	804.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)*

1 Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 30/04/2020, aproximadamente 71% da canade-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores rurais. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. **a. Cisão parcial da Companhia** Em 17/01/2019, mediante 23ª Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alta Mogiana S.A. Açúcar e Álcool, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Alta Mogiana Agro S.A." e consequentemente, redução do capital social da Companhia no montante de R$ 122.382, equivalente a 6.781.870 ações (Nota 23.a). A Alta Mogiana Agro S.A. não possui o mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos ativos rurais. **b. Covid-19** Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais são: Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20/03/2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o esperado na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Portaria nº 245/2020; (iii) Medida Provisória nº 932/2020, e (iv) Medida Provisória nº 927/2020. (i) Portaria nº 139 de 3/04/2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimento abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente). (ii) Portaria nº 245 de 15/06/2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal (art. 1º) e de PIS e COFINS (art. 2º) da competência maio/2020 (vencimento: julho) para o vencimento da competência do mês de outubro/2020 (vencimento: novembro). (iii) Medida Provisória nº 932 de 31/03/2020 reduziu as alíquotas aplicáveis às contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30/06/2020. (iv) Medida Provisória nº 927 de 22/03/2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: *a)* diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser parcelados; *b)* postergação do pagamento de contribuições previdenciárias patronais, combrevê-se o período diploma normativo; *b)* antecipação de férias individuais; *c)* postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e *d)* concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º). A Sociedade adotou alguns destes benefícios previstos nas Medidas Provisórias (FGTS) impactando as Demonstrações Financeiras. Para mais informações vide Nota 19. **c. Impactos da Covid-19 nas demonstrações financeiras** A pandemia Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020). **2 Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 21/08/2020. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 6. **3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, exceto para os ativos biológicos, mensurados pelo valor justo, e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. **4 Julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As premissas e estimativas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 17** - Passivo de arrendamento e direito de uso - **Nota 21** - Provisão para contingências; **Nota 27** - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que apresentam risco de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30/04/2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 10** - Perda estimada para créditos a receber; **Nota 14** - Ativo biológico; **Nota 15** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota 16** - Teste anual para perdas, e **Nota 22** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, a qual inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC. Incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; - **Nível 2**: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e - **Nível 3**: inputs para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de relatório durante o qual ocorreram as alterações. **d. Mensuração dos valores justos** Uma parte significativa dos ativos financeiros mantidos pela Companhia é mensurada pelo valor justo para fins de demonstrações financeiras. Os valores justos para ativos financeiros e passivos financeiros são determinados com base nos seguintes métodos: **(i) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores** O valor justo dos ativos e passivos financeiros com vencimentos originais em até três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudanças de valor e contas a receber de clientes, avaliados pelo valor justo de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudanças de valor e contas a receber de clientes, avaliados pelo valor justo de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudanças de valor e contas a receber de clientes e fornecedores e depósitos judiciais, sendo os principais créditos adotados descritos abaixo: *Caixa e equivalentes de caixa:* incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudanças de valor e contas a receber de clientes, avaliados pelo valor justo de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudanças de valor e contas a receber de clientes e fornecedores e depósitos judiciais, sendo os principais créditos adotados descritos abaixo: *Caixa e equivalentes de caixa:* incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

a. Reavaliações Proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzidas das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 30/04/2020, totalizaram R$ 2.423 (R$ 3.768 em 2019). Adicionalmente, no exercício findo em 30/04/2019, houve a baixa do montante de R$ 10.420, quando da cisão do acervo líquido divulgado na Nota 1(a). A reserva de reavaliação contumada, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre referidas reavaliações, em 30/04/2020 é de R$ 8.142 (R$ 8.966 em 2019) e está classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução ao valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30/04/2020, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30/04/2020, aproximadamente R$ 98.618 de bens do ativo imobilizado (R$ 95.929 em 30/04/2019) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados. **16 Integral**

Custo	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 30 de abril de 2018	5.999	33	6.032
Aquisições	832	-	832
Em 30 de abril de 2019	6.831	33	6.864
Aquisições	1.273	-	1.273
Baixas	(824)	-	(824)
Transferência	6	-	6
Em 30 de abril de 2020	7.286	33	7.319
Amortização	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Em 30 de abril de 2018	(3.774)	-	(3.774)
Adições	(877)	-	(877)
Em 30 de abril de 2019	(4.651)	-	(4.651)
Adições	(913)	-	(913)
Baixas	740	-	740
Em 30 de abril de 2020	(4.824)	-	(4.824)
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	2.180	33	2.213
Saldo líquido em 30 de abril de 2020	2.462	33	2.495
Taxa média anual de depreciação	20,000%		

17 Direito de uso e parceria agrícola a pagar A movimentação do direito de uso durante o exercício atual foi o seguinte:

Direito de uso	Parceria agrícola	Ajuste a valor presente	Aditamentos efetuados	Total
Adoção em 1º de maio de 2019	413.675	(74.142)	61.622	401.160
Novos contratos/ renovação contratual	92.044	(18.808)	-	73.236
Remuneração anual	49.382	11.336	-	60.718
Compensação de adiantamentos	-	-	(61.627)	(61.627)
Adiantamentos efetuados	-	-	66.611	66.611
Depreciação	(116.604)	3.361	-	(113.243)
30 de abril de 2020	438.497	(78.253)	66.611	426.855
Vida útil (anos)	1 a 11			

A movimentação de parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Parceria agrícola a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Aditamentos efetuados	Total
Adoção em 1º de maio de 2019	413.675	(74.142)	-	339.533
Novos contratos/ renovação contratual	92.044	(18.808)	-	73.236
Remuneração anual	49.382	11.336	-	60.718
Apropriação encargos financeiros	-	3.361	-	3.361
Adiantamentos efetuados	-	-	66.611	66.611
Reclassificação adiantamentos efetuados	-	-	(66.611)	(66.611)
Pagamentos efetuados	(116.604)	-	-	(116.604)
Em 30 de abril de 2020	438.497	(78.253)	-	360.244
Passivo circulante				106.649
Passivo não circulante				254.595
				360.244

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 1º/05/2021 a 30/04/2022	78.055
De 1º/05/2022 a 30/04/2023	57.005
De 1º/05/2023 a 30/04/2024	41.526
De 1º/05/2024 a 30/04/2025	27.926
De 1º/05/2025 a 30/04/2026	19.536
A partir de 1º/05/2026	30.547
	254.595

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. A Companhia, em conformidade com o OPC 06 (R2), na remuneração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado com considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, consolidado, o valor de R$ 69.292 (R$ 74.142 em 2019) referente a contratos com a parte relacionada Alta Mogiana Agro S/A. **18 Fornecedores**

	2020	2019
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	60.105	28.025
Fornecedores de cana-de-açúcar	10.408	6.267
	70.513	34.292

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota 27. **19 Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2020	2019
Capital Rio				
Em moeda nacional:				
BNDES:				
Moderfrota / PSI / PCA (a)	Juros médios ponderados de 5,05% ao ano (juros médios ponderados em 2019 de 5,42% ao ano)	jul/29	53.713	77.448
Prorenova (b)	Juros médios ponderados de 5,47 % ao ano em 2019 Variação da TJLP e juros médios ponderados de 5,26% ao ano em 2019	jan/20 - jul/29	- -	5.862 12.994
Programa ABC (c)	Juros médios ponderados de 6,10% ao ano	jan/27	10.145	-
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 4,94% ao ano (juros médios ponderados em 2019 de 5,27% ao ano)	mar/25	1.104.614	647.512
Cédula de Produto Rural Financeira	Variação de 100% do CDI e juros médios ponderados de 2,54% ao ano	nov/26	236.960	-
Resolução 2.471/98 do BACEN (securitização) Mimos - Certificados do Tesouro Nacional vinculados (securitizados)	Variação do IGP-M limitada a 9% ao ano e juros anuais de 3,20% Variação do IGP-M e juros anuais de 12%	jul/21 jul/21	2.005 (1.688)	1.879 (1.413)
			1.406.790	749.182
Passivo circulante			1.267.777	657.737
Passivo não circulante			1.168.429	998.744
Total em moeda nacional			393.158	340.677
Total em moeda estrangeira			1.104.614	647.512

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos Composição dos impostos diferidos:

	2020	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2019	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2018
Créditos tributários:							
Imposto de renda sobre:							
Prejuízos fiscais	48.836	-	46.087	2.749	-	2.749	-
Operações com perdas na BM&F	43.239	-	43.239	-	(14.804)	14.804	-
Variação cambial passiva	-	-	(136.377)	136.377	60.340	76.037	-
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	3.030	-	(102)	3.132	602	2.768	364
	95.105	-	(47.391)	142.496	48.887	93.609	364
Contribuição social sobre:							
Base de cálculo negativa acumulada	17.475	-	16.485	990	-	990	-
Operações com perdas na BM&F	15.566	-	15.566	-	(5.330)	5.330	-
Variação cambial passiva	-	-	(49.096)	49.096	21.773	27.323	-
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	36	-	(2)	38	(2)	40	-
	33.077	-	(17.047)	50.124	17.381	32.743	-
Total dos créditos tributários	128.182	-	(64.438)	192.620	66.268	126.352	364
Débitos tributários:							
Imposto de renda sobre:							
Ajuste de avaliação patrimonial	5.987	-	(606)	6.593	2.910	(942)	4.625
Operações com ganhos na BM&F	-	-	(2.760)	2.760	-	2.760	-
Depreciação acelerada incentivada	137.306	-	19.916	117.390	-	12.790	104.600
Variação cambial ativa	-	-	(132.079)	132.079	-	41.523	90.556
Ativo biológico	11.207	-	5.526	5.681	-	285	5.396
Avaliação investimentos a valor justo	-	-	-	-	(5.012)	-	5.012
Oper. com ganhos deriv. fluxo financeiro	10.451	-	10.451	-	-	-	-
	164.951	-	(99.552)	264.503	(2.102)	56.416	210.189
Contribuição social sobre:							
Ajuste de avaliação patrimonial	2.155	-	(218)	2.373	1.047	(339)	1.665
Operações com ganhos na BM&F	-	-	(994)	994	-	994	-
Depreciação acelerada incentivada	49.430	-	7.170	42.260	-	4.604	37.656
Variação cambial ativa	-	-	(47.549)	47.549	-	14.949	32.600
Ativo biológico	4.034	-	1.989	2.045	-	103	1.942
Avaliação investimentos a valor justo	-	-	-	-	(1.804)	-	1.804
Oper. com ganhos deriv. fluxo financeiro	3.763	-	3.763	-	-	-	-
	59.382	-	(35.839)	95.221	(757)	20.311	75.667
Total dos débitos tributários	224.333	-	(135.391)	359.724	(2.859)	76.727	285.856
Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.151	-	(70.953)	167.104	(2.859)	10.459	159.504

Expectativa de realização: Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais acumulados quando não aplicáveis e exclusões foram realizados. Conclusão do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2020 Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	2019 Contribuição social
(Prejuízo) lucro antes dos tributos	(33.647)	(33.647)	181.147	181.147
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	8.412	3.028	(45.287)	(16.303)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	2.604	(306)	2.994	-
Tributos no resultado do exercício representado por	11.016	2.722	(42.293)	(16.303)
Alíquota efetiva	33%	8%	23%	9%
Efeito corrente	(41.140)	(16.070)	(34.764)	(13.373)
Efeito diferido	(52.156)	18.792	(7.529)	(2.930)

23 Patrimônio líquido Em 30/04/2020 o capital social está dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1º/01/2019, houve a redução do capital social no montante de R$ 122.382 referente a cisão parcial da Companhia conforme Nota 1.a., aprovada na AGE de 29/12/2018. Em 12/04/2019, mediante 24ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 102.382, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 360.000. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria (Nota 15 a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2020	2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(19.909)	122.551
Base para cálculo das destinações:	(19.909)	122.551
(-) Constituição de reserva legal	-	(6.127)
Base elegível a distribuição de dividendos	(19.909)	116.424
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	-	29.106

No exercício findo em 30/04/2020, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R$ 19.909, não constituindo base para o registro da Reserva de Lucros, por consequência Dividendos mínimos obrigatórios, devendo ser transferido para a conta de Reservas de Lucros. **e. Reservas de lucros** Constituída com os (prejuízos) e lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **24 Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Receita de vendas:		
Açúcar mercado externo	316.457	148.918
Açúcar mercado interno	433.669	474.961
Álcool mercado interno	525.553	411.135
Energia elétrica	99.863	78.023
Outros	16.046	11.067
Receita bruta	1.387.588	1.124.112
Impostos	(158.589)	(139.825)
Devoluções de vendas	(1.010)	(2.025)
Receita líquida	1.227.989	982.262

25 Despesas por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Matéria prima e insumos	(495.773)	(435.880)
Salários, encargos e benefícios	(138.355)	(148.181)
Depreciação e amortização	(135.609)	(138.193)
Despesas com prestadores de serviços	(36.798)	(38.256)
Ajustes ao valor justo do ativo biológico	22.103	1.142
Outras despesas, líquidas	(5.688)	(27.574)
	(790.120)	(781.527)
Classificadas como:	**2020**	**2019**
Custo dos produtos vendidos e reavendidos	(759.390)	(714.832)
Ajuste de valor justo - ativo biológico	22.103	1.142
Com vendas	(39.894)	(29.687)
Gerais e administrativas	(47.101)	(44.331)
Outras receitas operacionais, líquidas	34.162	6.366
	(790.120)	(781.342)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Reversão de provisão para contingências	4.154	-
Provisão para contingências	(1.422)	(4.113)
Resultado de alienação ou baixa de bens	(94)	(3.794)
Créditos reintegra (Lei nº 13.043/2014)	147	2.634
Créditos tributários de PIS, Cofins (nota 13)	30.753	11.257
Outros créditos, líquidos	2.329	2.193
Despesas tributárias	(1.705)	(1.811)
	34.162	6.366

26 Resultado financeiro

Receitas financeiras:	2020	2019
(a) **Moderfrota**- financiamento destinado à aquisição colhedoras ao associado a investimentos, de tratores e colheitadeiras agrícolas; **PSI** - financiamento destinado à estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação; e **PCA**- financiamento destinado a apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; (b) **Prorenova** - financiamento destinado à renovação e ampliação da frota de caminhões **ABC**- financiamento destinado à investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias. (c) financiamento destinado à recuperação e alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em montantes de acordo com o valor de mercado destes bens, notas promissórias, títulos federais e seus derivativos e outros títulos. (c) Financiamento relativo à Resolução 2.471/98 foi securitizados em 1998, com vencimento em 2021, em parcela única, mediante resgate dos Certificados do Tesouro Nacional - Série A (CTN-A) que foram adquiridos, cedidos e transferidos pelo devedor ao credor. Os juros, apropriados mensalmente são amortizados em agosto de cada ano e estão reajustados pela variação do IGP-M correspondente. Os juros aplicáveis aos Certificados do Tesouro Nacional são capitalizados e são resgatáveis ao final, junto com o valor do principal, com o pro-rata correspondente ao período decorrido entre a data anterior de atualização e a data do resgate. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2020	2019
A partir de maio de 2020	-	220.139
2021	501.838	188.104
2021 (securitização, liquida)	239	422
2022	257.515	147.784
2023	233.020	128.027
2024	86.554	18.929
2025	13.156	1.156
A partir de maio de 2026 até julho de 2029	16.125	4.624
	1.108.478	709.185

Certos financiamentos estão sujeitos a cláusulas restritivas, as quais estavam sendo plenamente atendidas em 30/04/2020. **20 Contas a pagar a terceiros de clientes** Os adiantamentos de clientes correspondem a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de açúcar e de álcool, sobre os quais não incidem encargos financeiros. **21 Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial referente a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Essa provisão não registrada é estimada em montante superior ao provisionado (exigível a longo prazo), tendo em vista a expectativa de desfecho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	24.323	23.453
(-) Depósito judicial - ICMS	(3.419)	(3.104)
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	10.295	10.172
(-) Depósito judicial - COFINS	(3.190)	(3.190)
Programa de Integração Social - PIS (b)	1.294	1.294
(-) Depósito judicial - PIS	(1.075)	(1.075)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	1.083	4.711
(-) Depósito judicial - INSS	(1.083)	(4.737)
	28.228	27.524

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compras sem nota, de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que há o direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 30/04/2020, a Companhia, em função de depósito judicial, registrou a multa e juros s/ multa do auto de infração de ICMS nº4.108-689-2, no valor de R$ 1.422. No exercício findo em 30/04/2019, a Companhia registrou três autos de infração relacionados a créditos glosados sobre aquisições no período de 2013 a 2015, de material de uso e consumo (substancialmente lubrificantes utilizados em equipamentos agrícolas e industriais), bem como sobre retenção de ICMS para substituição, no montante foi de R$ 3.925. No exercício findo em 30/04/2020, a Companhia, utilizando-se do benefício do "PEP" Programa Especial de Parcelamento do Estado de São Paulo, quitou um débito de ICMS, relativo ao AIIM. nº 4.041.043-2, corrente da baixa contábil, cujo montante é de R$ 3.004 liquidado através de compensação com o depósito judicial, sobre o qual recairam reduções de multas e juros que montaram em R$ 525. (b) COFINS e PIS referentes, substancialmente, a autos de infração relativos a créditos glosados no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2000 e de janeiro de 2001 a dezembro de 2004 sobre receitas de venda de etanol carburante, em função de determinação da Constituição Federal, que, naquele momento, estabelecia norma outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 4.205. A provisão compreende também os efetivos da majoração da alíquota da COFINS e da inclusão dos outros receitas no cálculo da COFINS e PIS, devido à inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Lei 9.718/98. (c) INSS refere-se substancialmente, a glosas de créditos e a diferenças de interpretação da legislação Previdenciária, rubricas Rat/Sat; Rural e Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e sobre comercialização com cooperativas, no período findo em 30 de abril de 2013, a Companhia efetuou depósito judicial complementar para garantia dos autos de infração acima descritos, cujo valor atualizado montou em R$ 214, resultando numa provisão remanescente no montante de R$ 186. No exercício findo em 30 de abril de 2014, a Companhia, obteve êxito e efetuou a reversão de dois processos de Contribuição Previdenciária, nº 13855.721166/2013-87 e nº 13855.721166/2013-87, contabilizados no passivo não circulante cujo montante foi de R$ 3.629. (d) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a reclamações de ex-funcionários da Companhia. (e) Programas de Recuperação Fiscal – Programas Cisão dos últimos anos a Companhia aderiu aos programas de recuperação fiscal instituídos pelas esferas federal e estadual, visando equalizar e regularizar os passivos tributários da mesma. Nesse contexto foram incluídos débitos de IPI, IRPJ, CSLL, ICMS, INSS, PIS E COFINS na condição de pagamento em parcela única. O montante total devido dos processos selecionados para adesão foi de R$ 214.760, sobre o qual recairam reduções de multas e juros que montaram em R$ 109.603, restando um saldo a pagar de R$ 105.157, liquidados nos últimos exercícios. (f) Depósitos judiciais - A Companhia ainda mantém registrado no ativo não circulante, o montante de R$ 5.958 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências, uma vez que a chance de perda foi classificada como remota, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 2.485 em 30/04/2019). (g) Contingências - A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como de possível perda, foram estimadas como segue:

	2020	2019
Cível	1.947	2.008
Trabalhista	4.819	4.829
Tributária	7.976	-
	14.742	6.837

As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração, juntamente com seus assessores jurídicos externos responsáveis quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

	2020	2019
Em 30 de abril de 2018	-	25.127
Adições de contingências	-	4.113
Depósitos dos depósitos judiciais	-	(214)
Juros e multas	-	538
Em 30 de abril de 2019	-	29.564
Adições de contingências	-	1.422
Movimentação dos depósitos judiciais	-	1.240
Juros e multas	-	575
Baixa de pagamentos	-	(6.633)
Em 30 de abril de 2020	-	28.228

Civel	2020	2019
Trabalhista	1.947	2.008
Tributária	4.819	4.829
	7.976	-
	14.742	6.837

As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração, juntamente com seus assessores jurídicos externos responsáveis quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

	2020	2019
Em 30 de abril de 2018	-	25.127
Adições de contingências	-	4.113
Depósitos dos depósitos judiciais	-	(214)
Juros e multas	-	538
Em 30 de abril de 2019	-	29.564
Adições de contingências	-	1.422
Movimentação dos depósitos judiciais	-	1.240
Juros e multas	-	575
Baixa de pagamentos	-	(6.633)
Em 30 de abril de 2020	-	28.228

27 Instrumentos financeiros 27.1 Considerações gerais sobre gerenciamento de riscos A Companhia realiza normalmente operações com instrumentos financeiros e utiliza as melhores práticas de gestão de riscos financeiros disponíveis, com o objetivo de minimizar os riscos de mercado de seus produtos (açúcar, etanol e soja) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. A Companhia não realiza operações com fins especulativos e estabelecida relacionada com operações de mercado futuro de moeda (dólar norte-americano) e de commodities (açúcar, petróleo e etanol) e contratos de opções de compra e venda de açúcar, petróleo, etanol e moeda (dólar norte-americano). Adicionalmente, são utilizados instrumentos de swap visando complementar tal estratégia. A gestão dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada através de políticas de controle e estratégias operacionais. As políticas de controle consistem na comparação das taxas e atualizações contratadas pelos derivativos, Companhia com as taxas vigentes no mercado. As políticas, instrumentos financeiros derivativos podem ser contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira ou para precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. **a. *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes*** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez e são firmados com instituições financeiras que apresentam aos critérios de classificação de risco da Companhia. **b. *Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros contratuais. Nota 19 e representam o valor de realização em 30/04/2020. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se do de realização. **c. *Derivativos*** A determinação do valor justo ("*fair value*") dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia é efetuada com base em informações de logia padrão no mercado e com base em informações obtidas junto às corretoras e são classificados como: **Patrimônio líquido** - representados de liquidação no montante de R$ 234.440 seu valor justo é positivo e no passivo circulante quando seu valor justo é negativo. As variações do valor justo são registradas no resultado do período. Os saldos de ativo e passivo relacionados a instrumentos financeiros envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de abril, são como segue:

	2020	2019
Posição ativa:		
Resultado potencial com derivativos - MTM(i)	20	6.426
Saldo a receber (ii)	53.586	11.603
	53.606	18.029
Posição passiva:		
Saldo a pagar (iii)	234.440	24.657

(i) Resultado potencial com derivativos - MTM: refere-se ao efeito acumulado positivo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo, relacionados substancialmente a operações de mercado futuro de opções de *commodities* (açúcar) realizadas em bolsas de mercadorias no exterior em 30/04/2019, R$ 6.426. (ii) Saldo a receber refere-se substancialmente ao montante de liquidação no montante de R$ 53.586 relacionados substancialmente a operações de mercado futuro de commodities (açúcar) - fixação de cláveis e prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). (iii) Saldo a pagar: refere-se a ajustes negativos pendentes de liquidação no montante de R$ 234.440 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de *commodities* (em 30 de abril de 2019, R$ 24.657 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de *commodities*. Os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos encontram-se divididos em exercícios findos em 30 de abril, que alteram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas (ganhos) e valores negativos referem-se a despesas (perdas)):

	2020	2019
Contratos vinculados a produto:		
Variação cambial sobre opções	(110.052)	35.692
Comissões e corretagens	2.473	2.577
Variação cambial	46.133	5.348
	(61.446)	43.617
Contratos vinculados a moeda:		
Contratos futuros e de opções (Hedge Comercial)	(105.201)	(10.398)
Contratos de opções (Hedge Financeiro) (i)	15.712	37.383
Contratos de SWAP e a termo (Hedge Financeiro) (i)	(45.713)	(5.150)
	(478)	-
	(135.680)	21.835
Efeito líquido	(197.126)	65.452

Efeito líquido das variações nas diferenças de mercado: Resultado financeiro (nota explicativa nº 26): Ganhos com instrumentos derivativos

	2020	2019
Perdas com instrumentos derivativos	(392.254)	(154.025)
Efeito líquido	(197.126)	65.452

(i) ***Hedge Financeiro***: refere-se substancialmente ao efeito contabilizado no resultado auferido em operações de hedge (proteção) com instrumentos derivativos - opções de venda – *Put* e opções de compra – *Call*) vinculadas a contratos de financiamentos, visando minimizar o risco de oscilação da variação cambial (dólar) em reais (R$). Referidas transações são liquidadas nos seus vencimentos pelo valor líquido do ganho ou perda auferido, sem ônus, sem ônus, sem ônus

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. – AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool São Joaquim da Barra – SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool em 30 de abril de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores para auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior O balanço patrimonial em 30 de abril de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório em 22 de julho de 2019, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar tais eventos. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

KPMG

Lincoln Junqueira Agro S.A.

CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. Caiabú-SP, 21 de agosto de 2020 **A Diretoria.**

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
			Não auditado
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	56.070	50.161
Contas a receber de terceiros		23	577
Impostos a recuperar		1	5
Total do ativo circulante		56.094	50.738
Não Circulante			
Propriedades para investimento	10	49.750	49.753
Total do ativo não circulante		49.750	49.753
Total do ativo		105.844	100.491

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
			Não auditado
Circulante			
Fornecedores		298	200
Tributos a recolher		27	25
Dividendos propostos a pagar	12.d	1.335	358
Total do passivo circulante		1.660	583
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	16.032	16.041
Total do passivo não circulante		16.032	16.041
Total do passivo		17.692	16.624
Patrimônio líquido	12		
Capital social		63.206	63.206
Ajuste de avaliação patrimonial		19.499	19.510
Reservas de lucros		5.447	1.151
Total do patrimônio líquido		88.152	83.867
Total do passivo e patrimônio líquido		105.844	100.491

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Ajuste a Ativo. b. Lucro básico e diluído por ação O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos titulares de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **7 Mudanças nas principais políticas contábeis** Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º/01/2019 (no caso da Empresa em 1º/05/2019): **i)** A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritos abaixo: **(i)** *ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários* Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, no caso da Empresa, a partir de 1º de maio de 2019 e não foram identificados impactos na adoção dessa interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. **(ii)** *CPC 06 (R2) - Arrendamentos* **Aspectos gerais** A CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de reconhecimento de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para a CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador. A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e vigorou a partir de 1º/01/2019. A Companhia não identificou impactos em seus demonstrativos financeiros em decorrência desta nova norma. **(iii)** *Outras informações* Em 1º de maio de 2019, não houve impactos nas demonstrações de resultados, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, nem na adoção e demonstrações dos fluxos de caixa em função das modificações aos novos pronunciados e interpretações emitidas. **a. Novas normas e interpretações** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2020 (no caso da Companhia em 1º/05/2020). As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras - Alterações nas referências à estrutura conceitual - Definição de negócio (alterações ao CPC 15) - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
		Não auditado
Caixa e bancos	59	286
Aplicações financeiras	56.011	49.875
	56.070	50.161

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, com liquidez imediata e remunerados em 99,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **9 Partes relacionadas Controladora A** controladora final da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber, refere-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, no exercício findo em 30/04/2020 o montante a receber é de R$ 23 (R$ 577 em 30/04/2019). **Remuneração da Administração e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 30/04/2020 e 2019 resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da companhia. No exercício findo em 30/04/2020, as referidas vendas foram de R$ 4.494 (R$ 577 em 2019 – não auditado). **10 Propriedade para investimento**

	Terras	Edifícios e dependências	Total
Custo			
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	48.631	1.131	49.762
Incorporação	48.631	1.131	49.762
Em 30 de abril de 2019 (não auditado)			
Aquisições	25	-	25
Em 30 de abril de 2020	48.656	1.131	49.787
	Terras	Edifícios e dependências	Total
Depreciação			
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	-	-	-
Adições	-	(9)	(9)
Em 30 de abril de 2019 (não auditado)	-	(9)	(9)
Adições	-	(25)	(25)
Em 30 de abril de 2020	-	(34)	(34)
	48.631	1.122	49.753
Saldo líquido em 30 de abril de 2020	48.656	1.097	49.753
Taxas médias anuais de depreciação			3,0%

Os valores justos das propriedades para investimento estão avaliados ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 168.447 (R$ 163.264 em 2019 - não auditado). As avaliações foram realizadas, utilizando-se evidências observadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A Companhia utilizou a hierarquia de nível 2 para determinar e divulgar o valor justo das propriedades para investimento. **11 Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2020	Movimentações no resultado do exercício	2019	Movimentações nas contas patrimoniais	2018
			Não auditado		Não auditado
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
- Ajuste de avaliação patrimonial	11.788	(7)	11.795	11.795	-
Contribuição social sobre:					
- Ajuste de avaliação patrimonial	4.244	(2)	4.246	4.246	-
Total dos débitos tributários	16.032	(9)	16.041	16.041	-
Imposto de renda e contribuição social líquidos	16.032	(9)	16.041	16.041	-

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado a aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	Imposto de renda	Contribuição social	2020 Imposto de renda	2019 Contribuição social	Não auditado Contribuição social
Lucro antes dos tributos	6.701	6.701	1.515	1.515	1.515
Alíquota	25%	3%	34%	9%	9%
	(1.675)	(603)	(379)	(136)	(136)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	897	300	374	131	131
Tributos no resultado do exercício	(778)	(303)	(5)	(5)	(5)
Efeito corrente	(785)	(305)	(7)	(6)	(6)
Efeito diferido	7	2	2	1	1

12 Patrimônio líquido a. Capital social Em 30/04/2020 e 2019, o capital social está dividido em 2.412.816 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1º/01/2019, houve aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 63.206, mediante incorporação pela Companhia de cisão parcial da Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, conforme Nota 1. a., passando os mesmos a ser de R$ 63.206. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social da companhia, são devidos aos acionistas dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2020	2019
		Não auditado
Lucro líquido do exercício	5.620	1.505
Base para destinações	5.620	1.505
(-) Constituição da reserva legal	(281)	(251)
Base ellegível de distribuição de dividendos	5.339	1.430
Dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	1.335	358

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
			Não auditado
Receita líquida das vendas	13	4.403	565
Custo dos produtos vendidos		(297)	(25)
Lucro bruto		**4.103**	**540**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(297)	(25)
		(297)	(25)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		**4.106**	**540**
Despesas financeiras	14	(1)	-
Receitas financeiras	14	2.596	975
Resultado financeiro, líquido		**2.595**	**975**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**6.701**	**1.515**
Imposto de renda	11	(778)	(5)
Tributos sobre o lucro social	11	(303)	(5)
Lucro líquido do exercício		**5.620**	**1.505**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)		2,33	0,84

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2020	2019
		Não auditado
Lucro líquido do exercício	5.620	1.505
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	5.620	1.505

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Lucro acumulados	Total
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	1	-	-	-	-	1
Integralização de capital	-	-	-	(4)	4	-
Realização do custo atribuído	63.205	-	-	19.514	-	82.719
Incorporação por cisão parcial	-	-	-	-	1.505	1.505
Lucro líquido do exercício	-	-	75	-	(75)	-
Aspectos gerais Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(358)	(358)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.072	(1.072)	-
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	63.206	-	75	1.076	-	83.867
Realização do custo atribuído	-	(11)	-	11	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.620	5.620
Constituição de reserva legal	-	-	281	-	(281)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.335)	(1.335)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.004	(4.004)	-
Em 30 de abril de 2020	63.206	19.499	356	5.091	-	88.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, fundamentada à disposição da assembleia para futuras destinações. **13 Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2020	2019
		Não auditado
Receita de Vendas	4.494	577
Receita bruta	4.494	577
Impostos	(91)	(12)
Receita líquida	4.403	565

14 Resultado financeiro

	2020	2019
		Não auditado
Despesas financeiras:		
- Despesas juros e outras despesas financeiras	(1)	-
Total das despesas financeiras	(1)	-
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.596	975
Total das receitas financeiras	2.596	975
Total do resultado financeiro	2.595	975

15 Instrumentos Financeiros Considerações gerais: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores a Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos e contas a pagar a fornecedores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são lastreados com os títulos públicos federais que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. **16 Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	2020	2019
		Não auditado
Lucro líquido do exercício	5.620	1.505
Número de ações durante o exercício (milhares)	2.413	2.413
Lucro por ação - básico e diluído - R$	2,33	0,62

Para os exercícios findos em 30/04/2020 e 2019, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **17 Eventos Subsequentes Covid-19** Em 2020, vários países, no Brasil e os estados de São Paulo e Paraná em que temos operações, instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia do Covid-19. A Companhia implementou plano de contingência com o objetivo de preservar e garantir a segurança e a continuidade dado que nossos produtos são considerados atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em alimentação e energia. Do acordo com os acompanhamentos feitos pela Companhia, mesmo as variações de suas receitas de 01 de maio a 15/08/2020 comparados com o mesmo período de 2019, mantendo-se em níveis normais de operação, porém diante do cenário de incertezas, a Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia nos seus negócios, avaliando eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as demonstrações financeiras e patrimoniais.

A Diretoria

Celso Luis Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da Lincoln Junqueira Agro S.A. Caiabú - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lincoln Junqueira Agro S.A. em 30 de abril de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior Os balanços patrimoniais em 30 de abril de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de julho de 2019, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

KPMG

Demonstrações dos fluxos de caixa - exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2020	2019	2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(51.175)	50.857	(90.359)	96.873
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	463.470	420.410
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	-	-	11.777	13.886
IR e CS diferidos	(24)	(23)	(143.263)	(56.446)
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	-	-	182.460	(76.814)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(57)	(23)
Provisão para perdas em estoques e novas construções, líquidas	-	-	1.422	2.062
Juros, variações cambiais e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	-	800.652	319.914
Juros, variações cambiais e cambiais sobre outros ativos e passivos	-	-	14.439	(583)
Mudança no valor justo de ativo biológico	-	-	(18.613)	39.022
Depreciação do direito de uso	-	-	307.825	-
Capital social	-	-	9.896	-
Resultado da equivalência patrimonial	51.099	(50.931)	-	-
Decréscimo (acréscimo) de ativos operacionais				
Estoques	-	-	(140.636)	(47.778)
Ativos biológicos	-	-	(43.104)	(139.310)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	-	-	(29.296)	32.200
Depósitos judiciais e depósito para recursos	-	-	(23.152)	(1.308)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(1)	(5)	(48.898)	(61.158)
Acréscimo (decréscimo) de passivos operacionais				
Fornecedores	-	-	64.151	6.587
Salários e encargos sociais	-	-	4.702	(2.144)
Tributos a recolher	-	-	88.049	94.330
Provisão para contingências	-	-	-	(3.112)
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros	(1)	(1)	16.308	(15.881)
	1031	1031	1.233.102	794.728
Pagamento de IR e CS	-	-	(86.269)	(94.335)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(117.161)	-
Caixa líquido oriundo (aplicado nas) atividades operacionais	(101)	(103)	**1.010.368**	**667.184**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	22.068	52.970	(7.237)	534
Dividendos recebidos	-	-	-	355
Aplicação de recursos em investimento	-	-	-	(267.922)
Aplicação de recursos em imobilizado	-	-	(664.723)	(552.705)
Aplicação de recursos em intangível	-	-	(1.472)	(1.202)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**22.068**	**52.970**	**(673.432)**	**(553.018)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.019.967	150.000
Amortização de parcela e arrendamentos agrícolas	-	-	(317.721)	-
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(194.922)	(267.922)
Dividendos pagos	(21.953)	(52.954)	(21.953)	(52.954)
Dividendos pagos aos acionistas minoritários	-	-	(18.511)	(41.987)
Amortização de outras contas a pagar	-	-	-	(960)
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(21.953)**	**(52.954)**	**466.860**	**(213.823)**
Acréscimo líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**14**	**(87)**	**803.796**	**(99.657)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**244**	**331**	**1.276.899**	**1.376.556**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**258**	**244**	**2.080.695**	**1.276.899**

JLV Participações S.A. e empresas controladas

CNPJ nº 08.959.784/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. Presidente Prudente-SP, 24 de agosto de 2020 **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	258	244	2.080.695	1.276.899
Aplicações financeiras	-	-	29.568	22.331
Contas a receber de clientes	-	-	337.345	198.816
Estoques	-	-	440.129	390.516
Ativo biológico	-	-	567.134	492.915
Dividendos a receber	898	12.376	-	-
Impostos a recuperar	-	-	68.017	39.998
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	284.343	28.121
Demais contas a receber	20	19	31.382	24.558
Total do ativo circulante	1.176	12.639	3.838.499	2.474.154
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	-	-	41.957	39.749
Depósitos judiciais e em caução	-	-	31.160	35.253
Ativo biológico	-	-	46.147	58.649
Adiantamento a parceiros agrícolas	-	-	48.481	30.460
IR CS diferidos	313	289	313	289
Demais contas a receber	-	-	212	17.871
	313	289	178.470	172.271
Investimentos				
Em sociedades controladas	1.320.546	1.382.235	-	-
Outros investimentos	-	-	3.486	3.486
Imobilizado	-	-	3.085.321	2.895.815
Intangível	-	-	6.362	6.341
Direito de uso	-	-	1.575.530	-
Total do ativo não Circulante	1.320.859	1.382.524	4.849.609	3.077.913
Total do ativo	1.324.035	1.395.163	8.688.158	5.552.067

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante				
Fornecedores	-	-	150.469	88.482
Empréstimos e financiamentos	-	-	825.934	140.281
Parceria agrícola a pagar	-	-	305.599	-
Arrendamento agrícola a pagar	-	-	13.212	-
Salários e encargos sociais	-	-	98.409	91.613
Tributos a recolher	-	-	19.718	17.938
Dividendos propostos a pagar	-	12.078	824	23.225
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	447.209	26.097
Demais contas a pagar	7	-	6.076	1.485
Total do passivo circulante	7	12.085	1.863.346	391.121
Não Circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.982.477	2.161.646
Parceria agrícola a pagar	-	-	1.068.329	-
Arrendamento agrícola a pagar	-	-	27.602	-
Provisão para contingências	-	-	36.909	30.283
IR e CS diferidos	-	-	340.081	483.320
Demais contas a pagar	-	-	227.227	1.660
Total do

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020

Alto Alegre Agro S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2020. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente as contas apresentadas. Presidente Prudente-SP, 21 de agosto de 2020 **A Diretoria.**

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		Não auditado	
Caixa e equivalente de caixa	8	15.323	24.517
Contas a receber de clientes		212	-
Impostos a recuperar		-	-
Total do ativo circulante		15.536	24.517
Não Circulante			
Propriedade para investimento	10	31.706	20.414
Total do não circulante		31.706	20.414
Total do ativo		47.242	44.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante		Não auditado	
Fornecedores		373	-
Tributos a recolher		16	-
Dividendos propostos a pagar	12.d	483	110
Total do passivo circulante		872	110
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.370	2.371
Total do passivo não circulante		2.370	2.371
Total do passivo		3.242	2.481
Patrimônio líquido	12		
Capital social		37.621	37.621
Ajuste de avaliação patrimonial		4.473	4.474
Reservas de lucros		1.906	355
Total do patrimônio líquido		44.000	42.450
Total do passivo e patrimônio líquido		47.242	44.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
		Não auditado	
Receita líquida das vendas	13	1.689	-
Custo dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		1.689	-
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(62)	(15)
		(62)	(15)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		1.627	(15)
Despesas financeiras	14	(1)	-
Receitas financeiras	14	812	481
Resultado financeiro, líquido		811	481
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.438	466
Imposto de renda	11	(288)	(1)
Contribuição social	11	(118)	-
Lucro líquido do exercício		2.032	465
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)		1,13	0,26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2020	2019
	Não auditado	
Lucro líquido do exercício	2.032	465
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.032	465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reservas de lucros - Lucros retidos	Lucro acumulados	Total
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	1	-	-	-	-	1
Integralização de capital	37.620	4.474	-	-	-	42.094
Incorporação por cisão parcial	-	-	-	-	465	465
Lucro líquido do exercício	-	-	23	-	(23)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	(110)	(110)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	332	(332)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	332	(332)	-	-
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	37.621	4.474	23	332	-	42.450
Realização do custo atribuído	-	(1)	-	-	1	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.032	2.032
Constituição da reserva legal	-	-	102	-	(102)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(482)	(482)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.448	(1.448)	-
Em 30 de abril de 2020	37.621	4.473	125	1.780	-	44.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2020	2019
	Não auditado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.032	465
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1)	-
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(212)	-
Impostos a recuperar	(1)	-
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	373	-
Tributos a recolher	423	-
	2.616	467
(1) Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(407)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.209**	**467**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	(11.293)	(950)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(11.293)**	**(950)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Entrada de caixa por aumento de capital		25.000
Dividendos pagos	(110)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(110)**	**25.000**
Acréscimo líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(9.194)**	**24.517**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**24.517**	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**15.323**	**24.517**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado (Em milhares de reais)

	2020	2019
	Não auditado	
Receita Bruta	2.032	2.032
Receita de vendas	1.689	1.689
Outras receitas	343	343
Insumos adquiridos de terceiros	(62)	(15)
Custos dos produtos vendidos	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62)	(15)
Valor adicionado bruto	1.970	1.974
Depreciação, amortização e exaustão	(2)	(2)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.968	1.972
Valor adicionado recebido em transferência	812	481
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	812	481
Outras	-	-
Valor adicionado total a distribuir	2.780	2.453
Pessoal	102	-
Remuneração direta	102	-
Benefícios	-	-
FGTS	-	-
Impostos, taxas e contribuições	644	1.988
Federais	644	1.988
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	2	-
Aluguéis	2	-
Outras	-	-
Remuneração de capitais próprios	2.032	465
Lucros retidos / prejuízo do exercício	1.550	355
Dividendos	482	110
Valor adicionado total distribuído	2.780	2.453

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
30 de abril de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1. **Contexto operacional** A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 22/10/2018, com sede em Presidente Prudente/SP, e tem como atividade preponderante a exploração de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **a. Incorporação** Em 1º/01/2019, mediante 1ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alto Alegre S.A. Açúcar e Álcool, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Companhia. A Usina Alto Alegre S.A. Açúcar e Álcool, é uma companhia aberta com sede em Presidente Prudente do Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. **2 Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 21/08/2020. **3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) *Contas a receber de clientes* O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros aplicados na data de apresentação. (ii) *Propriedade para investimento* O valor justo dos propriedades para investimento, para fins de divulgação, foram baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de renda por meio de preços de mercado cotados na data de transação para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6 Principais políticas contábeis a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. A receita de parceria agrícola das propriedades para investimento é reconhecida como receita quando o evento da data base parte do produto fruto da parceria agrícola. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria Agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento, realizar esse julgamento, a Companhia fav atua avaliando geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **f. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada a razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registramos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente* O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de tributação que foram promulgadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados, somente se alguns critérios forem atendidos. **g. Aspectos ambientais** A Companhia realiza suas atividades agrícolas em suas propriedades, através de contrato de parceria agrícola com a coligada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool. Enquanto os referidos contratos estiverem vigentes, os aspectos ambientais ficam sob a responsabilidade da contraparte Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool. **h. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **7 Mudanças nas principais políticas contábeis** Foram aprovados e emitidos pelo CPC, pronunciamentos, que entraram em vigor a partir de 1º/01/2019 e não foram identificados impactos relativos a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. **(i)** *CPC 06 (R2) - Arrendamentos* Aprovou um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o um ativo de direito de uso que representa o direito de utilizar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para a CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador. A CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento mercantil, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, e entrou em vigor da Companhia em 1º/05/2019. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta nova norma. **(ii)** *Outras informações* Em 1º/05/2019, não houve impactos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa em função das modificações aos novos CPCs e ICPCs emitidos. **a. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2020 (no caso da Companhia em 1º/05/2020). As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: - Alterações nas referências à estrutura conceitual - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
	Não auditado	
Caixa e bancos	53	88
Aplicações financeiras	15.270	24.429
	15.323	24.517

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por CDB's, junto ao Banco Santo Banco - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 99,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **9. Partes relacionadas a.** A Companhia é controladora final da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados em contas a receber; referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. - Açucar e Álcool, no exercício findo em 30/04/2020 o montante a receber é de R$ 212 (R$ 0 em 30/04/2019- não auditado). **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações com partes relacionadas não existiam em 30/04/2020 resumem-se à venda de cana-de-açucar para a Usina Alto Alegre S.A. - Açucar e Álcool, conforme mencionado anteriormente na Companhia. No exercício findo em 30/04/2020, as referidas vendas foram de R$ 1.724 vide nota 13. **10 Propriedade para investimento**

	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo				
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-
Incorporação	19.399	65	950	20.414
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	19.399	65	950	20.414
Aquisições	11.243	50	-	11.293
Transferências	950	-	(950)	-
Em 30 de abril de 2019	31.592	115	-	31.707

	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Depreciação				
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)	-	-	-	-
Adições	-	(1)	-	(1)
Em 30 de abril de 2020	-	(1)	-	(1)
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	19.399	65	950	20.414
Saldo líquido em 30 de abril de 2020	31.592	64	50	31.706

Não há medidas anuais de depreciação

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, avaliou-se esses propriedades pelo valor justo, ao seu valor justo, no montante de R$ 54.264 (R$ 51.052 em 2019 - não auditado). As avaliações foram realizadas, tendo como base as transações recentes envolvendo a venda de transações efetuadas com propriedades similares. A Companhia utilizou a hierarquia de valor justo para determinar e divulgar o valor justo das propriedades para investimento. **11 Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da Alto Alegre Agro S.A. - Presidente Prudente - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto Alegre Agro S.a. em 30 de abril de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** Exercício anterior não auditado Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 30 de abril de 2019 e as demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das suas operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a de garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão baseadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo apresentação adequada. - Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de agosto de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028.567/O-8
Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

KPMG

8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 8ª Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0030268-33.2020.8.26.0100. O Dr. Henrique Dada Pávia, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Diego Naves de Souza (CPF. 347.020.408-40), que o mandado expedido, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, convertendo-se em mandado executivo, constante do seguinte teor: R$ 13.386,38 (julho de 2020). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios de mesmo percentual, nos termos do artigo 523 e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 25 e 26/08/2020 [25,26]

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0023494-94.2008.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo de Souza Neves Salinas, na forma da Lei, etc FAZ SABER a(s) NEZIA LIMA DA SILVA, Brasileira, Casada, Costureira, RG 11660458 e ALTAIR DA SILVA RG 1.101.198 e CPF 026.816.478-04 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença - Condomínio, Discriminação de o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 16.390,23 (maio/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [25,26]

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0008283-61.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney da Silva Braga, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) LUIZ PINTO TEIXEIRA, Brasileiro, RG 6.328.422-4, CPF 527.674.008-87, CPF, com endereço à Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, Pinheiros, CEP/CIDADE/UF, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por MOISES GUEDES LIMA, inscrito na OAB/SP sob nº 357.671, e no CPF/MF sob nº 028.038.987-64, com endereço à Rua Oscar Freire, nº 2.250, Cerq. 604 a 607, Pinheiros, CEP/CIDADE/UF. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 54.094,72, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de junho de 2020. Eu, Viviane Thomaz de Sousa – Escrevente Técnico Judiciário digitei-a. Eu, Maria Posternina Proença, Escrivã Judicial I, conferi e assino. 25 e 26/08

EDITAL DE INTIMAÇÃO+PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1007902-38.2016.26.0026** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível,do Foro Regional IV-Lapa,Estado de São Paulo, Dr(a). Juliê Cesar Costa de Mendonça Fernandes, na forma da Lei, etc FAZ SABER a(s) JOSE GERALDO DE SOUSA, Brasileiro, Solteiro, Proprietário, RG 8.963.960-0, CPF 752.179.658-00, que nos autos de ação de execução de título extrajudicial movida por Jose Gouveia Rodrigues. foi deferida a intimação do réu acima citado para pagar a importância de R$ 2.702.178,50(fevereiro/2020), que se encontra em lugar ignorado, ou penhora que garantam o valores de R$1.080.482,76(fls.52), R$202.590,52(fls. 9.325-48, através do sistema BacenJud, passando a fluir os prazos para embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença, a partir do 31º dia após a juntada aos autos do mandado de citação, penhora e avaliação, ficando o executado ciente de que o prazo para embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença fluirão independentemente de garantia do juízo. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de julho de 2020. [25,26]

EDITAL DE CITAÇÃO+ PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **0015501-13.2019.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) ALEXANDRE FERREIRA BARQUIJE, CPF 118.864.448-38, que por este Juízo, tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Escola Domus Sapientiae Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 119.40 (Abril/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de julho de 2020. [25,26]

EDITAL DE CITAÇÃO+PRAZO DE 20 DIAS, expedido no r autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1053936-83.2018.8.26.0100(USUC738) A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza de Miguel, MM. Juiza de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a eventuais interessados, herdeiros desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Maria Luiza Pereira Nunes ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Professor Arnaldo João Pennacchi, nº 1.005, apartamento nº 33, Bloco II, Saúde – São Paulo/SP, com área privativa real de divisão não proporcional de 64,82m², área comum real de divisão proporcional de 64,82m², área comum real de divisão não proporcional de 17,76m², área comum real de divisão proporcional de 26,48m², área real total de 109,06m², e fração ideal no terreno de 0,84%, correspondendo-lhe o direito de uso de uma vaga em local indeterminado, contribuinte nº 157.130.0002-4, alegando possuir mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supra mencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de agosto de 2020 J - 26 e 27/08

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011191-41.2020.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) ALEXANDRE FERREIRA BARQUIJE, CPF 118.864.448-38, que por este Juízo, tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Escola Domus Sapientiae Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 119,40 (Abril/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de julho de 2020 [25,26]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007151-49.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) Gabriela Maia Yazigi Corrêa, CPF 201.803.328-62, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Escola Domus Sapientiae Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 119,40 (Abril/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de agosto de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008161-30.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) APARECIDA PEREPETUA DA SILVA FERNANDES, CPF 267.441.108-29, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Colegio Santa Teresa Ltda Epp, CNPJ 09.483.594/0001-03 objetivando o recebimento de R$ 4.075,62 (Setembro/2015), represent

Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. Presidente Prudente-SP, 21 de agosto de 2020 **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.156.665	712.080
Contas a receber de clientes	9	157.310	74.399
Estoques	10	261.840	229.099
Ativos biológicos	13	385.838	336.757
Impostos a recuperar	12	27.787	32.928
Instrumentos financeiros derivativos	24	230.737	10.092
Outras contas a receber		19.528	21.763
Total do ativo circulante		2.239.705	1.417.118
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	33.034	33.635
Depósitos judiciais e depósito em caução	18	35.198	32.764
Ativo Biológico	13	46.147	58.649
Investimentos		896	896
Outras contas a receber		-	17.669
		115.275	143.613
Imobilizado	14	1.835.485	1.802.041
Intangível		3.867	4.128
Direito de uso	17	1.148.675	-
Total do ativo não circulante		3.103.302	1.949.782
Total do ativo		5.343.007	3.366.900

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	16	82.292	54.831
Empréstimos e financiamentos	15	528.653	105.384
Parceria agrícola a pagar	17	199.950	-
Arrendamento agrícola a pagar	17	13.212	-
Salários e encargos sociais		68.233	63.764
Tributos a recolher		8.447	5.273
Instrumentos financeiros derivativos	24	212.760	1.460
Total do passivo circulante		1.113.556	230.692
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.873.999	1.452.261
Parceria agrícola a pagar	17	814.029	-
Arrendamento agrícola a pagar	17	27.602	-
Imposto de renda e			
contribuição social diferidos	19	219.431	291.707
Provisão para contingências	18	44.181	69.000
Total do passivo não circulante		2.935.942	1.744.627
Total do passivo		4.049.498	1.975.319
Patrimônio líquido			
Capital social	20	730.000	730.000
Ajuste de avaliação patrimonial		24.238	27.894
Reservas de lucros		539.271	633.687
Total do patrimônio líquido		1.293.509	1.391.581
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.343.007	3.366.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 30 de abril de 2018		670.000		37.857	83.811		791.668
Dividendos complementares							(6.285)
Realização do custo atribuído				(2.748)			2.748
Aumento de capital social com lucros retidos		97.620					(97.620)
Cisão parcial	1.a	(37.620)		(4.474)			(42.094)
Tributos diferidos sobre reserva de reavaliação				(2.741)			(2.741)
Prejuízo do exercício		20.d				(31.609)	(31.609)
Absorção do prejuízo com reserva de retenção de lucros					(31.609)	31.609	-
Em 30 de abril de 2019		730.000		27.894	83.811		1.391.581
Dividendos complementares							(10.000)
Realização do custo atribuído				(3.656)			3.656
Prejuízo do exercício						(88.072)	(88.072)
Absorção do prejuízo com reserva de retenção de lucros						88.072	88.072
Em 30 de abril de 2020		730.000		24.238	83.811		1.293.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	21	1.847.807	1.634.199
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	(3.490)	(40.164)
Custo dos produtos vendidos	22	(1.297.011)	(1.317.918)
Lucro bruto		547.306	278.117
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(113.146)	(103.481)
Gerais e administrativas	22	(67.660)	(72.929)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	4.594	8.786
		(176.212)	(167.624)
Lucro antes do resultado financeiro		371.094	115.793
Despesas financeiras	23	(472.524)	(246.247)
Receitas financeiras	23	366.324	202.457
Variações cambiais, líquidas	23	(301.748)	(102.814)
Resultado financeiro		(504.948)	(165.335)
Prejuízo antes dos impostos		(133.854)	(49.542)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(26.494)	(48.931)
Diferido	19	72.276	66.864
Prejuízo líquido do exercício		(88.072)	(31.609)
Prejuízo líquido básico e diluído			
por ação (Expresso em R$ por ação)	25	(2.931)	(1.04)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(88.072)	(31.609)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	(88.072)	(31.609)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(88.072)	(31.609)
Prejuízo líquido do exercício		
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício		
ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	327.831	282.150
Valor residual dos bens do ativo imobilizado	6.944	3.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(72.276)	(66.863)
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(17.969)	(10.092)
Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	74	173
Provisão para contingências, reversão		
e novas constituições, líquidas	-	(2.051)
Juros, variações monetárias e cambiais		
sobre empréstimos e financiamentos	509.545	204.094
Juros, variações monetárias e cambiais		
sobre outros ativos e passivos	18.507	(1.172)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	3.490	40.164
Depreciação do Direito de uso	194.582	-
Ajuste a valor presente	6.535	-
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(82.985)	(14.111)
Estoques	(102.271)	120.064
Ativos biológicos	(40.069)	(111.910)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	6.674	26.885
Depósitos judiciais e depósito em caução	(20.919)	(579)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros	3.782	(25.450)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	27.461	1.301
Salários e encargos sociais	4.469	(1.169)
Tributos a recolher	29.668	51.335
Provisão para contingências	-	(3.112)
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros	(1.430)	(7.492)
	713.562	454.006
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(26.494)	(48.931)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(78.192)	(48.392)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	608.877	405.075
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação de recursos em investimento	-	355
Aplicação de recursos em imobilizado	(368.697)	(369.139)
Aplicação de recursos em intangível	(193)	(470)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(368.890)	(369.154)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	567.489	150.000
Amortização de parcelas e arrendamentos agrícolas	(201.117)	-
Amortização de principal e juros de		
empréstimos e financiamentos	(151.568)	(170.779)
Baixa de cota por redução de capital	-	(25.000)
Dividendos pagos	(10.000)	(61.174)
Caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamento	204.804	(106.953)
Aumento (redução) do saldo de caixa		
e equivalentes de caixa, líquido	444.585	(71.032)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	712.080	783.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.156.665	712.080

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

A perda de competência é constituída com base na análise individual dos saldos, considerando os riscos de realização dos créditos, em montante, considerado pela administração suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Essa classificação leva em consideração, entre outros, o histórico de inadimplência, análise periódica da operação, a conjuntura e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, quando aplicável. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na Nota 24. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis denominados em reais e mensurados pelo custo constituição da perda de crédito esperada para contas a receber foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado do exercício. As movimentações da perda de crédito esperada para contas a receber são apresentadas a seguir:

Provisão para perda de crédito esperada	2020	2019
Saldo inicial	(1.366)	(1.193)
Adições	(148)	(183)
Baixas	60	10
Saldo final	(1.440)	(1.366)

10 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados		
Etanol	53.777	17.013
Açúcar	117.824	54.809
Adiantamentos a parceiros agrícolas	-	62.608
Almoxarifado	88.709	92.940
Outros	1.529	1.729
	261.840	229.099

11 Partes relacionadas a. Controladora A controladora final da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. **b. Principais saldos e transações que afetam ou podem afetar** o resultado do exercício de 30 de abril de 2020 e 2019 e o saldo de arrendamento da Companhia, referentes aos contratos de parceria mantidos com partes relacionadas: Usina Alto Alegre Agro S.A. e Usina Alto Alegre Agro S.A. ou nesta nota 17. **c. Principais saldos e transações que afetam ou podem afetar** o resultado do exercício de 30 de abril de 2020 e 2019 resumem-se a compra de cana-de-açúcar efetuada da controladora Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, Alto Alegre Agro S.A. e Lincoln Junqueira Agro S.A., que tem o mesmo controle acionário da Companhia, no montante de R$ 2.746 (R$ 4.110 em 30/04/2020), as referidas compras em 2020, as referidas compras em 2020, as referidas compras em 2020 (R$ 6.218 (R$ 4.110 em 30/04/2019). **d. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, eleitos trienalmente por ocasião de assembleia geral ordinária, constituída pela administração da Companhia, é composta por benefícios de curto prazo, cujo montante como despesa e, no exercício findo em 30/04/2020, foi de R$ 3.398 (R$ 3.176 em 30/04/2019). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **12 Impostos a recuperar** O saldo é composto conforme segue:

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social - antecipações	2.223	6.530
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	2.831	3.463
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	11.390	13.586
Outros	886	1.823
Pis/Cofins	43.492	42.161
	60.822	66.563
Circulante	(27.787)	(32.928)
Não circulante	33.034	33.635

Os créditos de ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são oriundos da aquisição de ativo imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada em no próximo exercício está classificada no circulante. Todos os impostos são considerados realizáveis, pela Administração, no curso normal das atividades da Companhia. **13 Ativo biológico** Os ativos biológicos da Companhia estão representados pela cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado em unidades localizadas do São Paulo e Paraná. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 129.444 hectares em 30/04/2020, (124.237 hectares em 30/04/2019). Para determinação do valor justo dos lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. • A produção estimada é baseada em estimativas de produção por hectare, nos custos estimados de transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (i) custos com corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O valor justo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das mudas de cana-de-açúcar em pé) menos os custos necessários para colher a cana-de-açúcar, antes em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico encontra-se descrito a seguir:

Em 30 de abril de 2018	323.660
Saldo inicial	336.763
(-) Amortização	(224.255)
(+) Amortização do valor justo	(75.761)
(+) Ajuste a valor justo	35.597
Saldo contábil líquido	395.406
Em 30 de abril de 2019	
Saldo inicial	359.809
Saldo do ajuste a valor justo	35.597
Saldo contábil líquido	395.406
Saldo inicial	395.406
Adições - tratos culturais	399.921
(-) Amortização	(359.853)
(-) Amortização do valor justo	(35.360)
(+) Ajuste a valor justo	33.874
Saldo contábil líquido	431.985
Em 30 de abril de 2020	
Saldo à custo	399.877
Saldo do ajuste a valor justo	32.108
Saldo contábil líquido	431.985
Circulante	(385.838)
Não circulante	46.147

Em 30/04/2020, o saldo de ativo biológico classificado como não circulante, compreende a lavoura formada por cana-de-açúcar que será colhida a partir de 2021/2022. A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: • O preço estimado do ATR fosse maior (menor); e • A taxa de desconto fosse menor (maior). As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de riscos agrícolas como pragas, doenças e incidentes florestais e outras forças naturais. Historicamente as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras anuais e os preços futuros do açúcar e do cafeínas. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas atividades agrícolas. **a. Riscos regulatórios** A Companhia está sujeita à leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração também acompanha periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes da oferta e demanda de seus produtos agrícolas e também é exposta a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, além de monitorar o seu volume de produção e a demanda por seus produtos. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e as projeções de produção. Os riscos de todos os produtos são inerentes com a demanda esperada. **c. Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo o cumprimento das regulares de situação de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar colhida ou adquirida de agricultores. As mudanças de clima podem afetar a produção de cana-de-açúcar e, consequentemente, a produção de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem a produtividade agrícola. Condições climáticas favoráveis podem aumentar significativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras podem afetar a quantidades e o preço dos produtos agrícolas que a Companhia irá obter e que for utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **14 Ativo imobilizado**

	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Outros	Total
Custo								
Em 30 de abril de 2018	24.750	241.380	1.009.863	1.327.344	273.096	25.515	613	3.230.505
Aquisições	4.368	1.187	30.428	300.802	12.806	1.049	336	385.283
Baixas (i)	(19.454)	(698)	(928)	(238.833)	(10.719)	(13.385)	(178)	(416.950)
Transferências	722	26	598	38	-	(14)	-	-
Em 30 de abril de 2019	9.664	241.847	1.039.398	1.257.295	275.183	348.849	772	3.198.838
Aquisições	190	827	25.957	292.612	13.852	33.090	1.908	368.683
Baixas	-	-	(6.691)	(134.533)	(18.734)	(24.868)	(293)	(185.118)
Transferências	65	-	1.066.564	-	-	-	-	1.066.629
Em 30 de abril de 2020	9.854	242.728	1.066.564	1.415.834	274.741	357.071	2.488	4.448.932
Depreciação								
Em 30 de abril de 2018	-	(65.094)	(631.161)	(574.580)	(168.210)	(148.639)	(8.864)	(13)	(1.508.301)
Adições	-	(6.385)	(41.257)	(181.413)	(19.003)	(32.636)	(1.824)	(13)	(282.531)
Baixas	-	331	600	370.853	10.145	11.459	647	-	394.035
Transferências	-	(8)	(18)	-	-	8	-	-	-
Em 30 de abril de 2019	-	(71.938)	(672.286)	(385.440)	(177.068)	(170.006)	(10.041)	(26)	(1.396.797)
Adições	-	(6.395)	(41.542)	(181.573)	(18.721)	(32.652)	(1.817)	(26)	(328.306)
Baixas	-	-	-	134.073	13.708	20.170	263	-	175.411
Transferências	-	(35)	35	-	-	1	-	-	-
Em 30 de abril de 2020	-	(78.368)	(606.714)	(478.500)	(182.081)	(182.488)	(21.596)	(45)	(1.549.692)
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	9.664	169.909	367.112	871.855	98.115	178.843	731	26	1.802.041
Saldo líquido em 30 de abril de 2020	9.854	164.371	459.850	937.334	92.660	174.583	5.852	845	1.835.485
Taxas médias anuais de depreciação		de 1% a 8%	de 1% a 8%	20%	40% de 2% a 40%		de 1% a 20%		

(i) Compreende a alienação imobilizado que ocupou imóvel cindido em 1º de abril de 2019 e subsequente reapresentado por terras.

a. Reavaliações Provenientes de reavaliação espontânea registrada em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados, debitados ao resultado do exercício findo em 30/04/2020, montam a R$ 5.914 (R$ 5.901 em 30/04/2019). Adicionalmente, no exercício findo em 30/04/2019, houve a baixa do montante de R$ 4.474, quando da cisão do acervo líquido divulgado na Nota 1(a). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. O saldo do imposto de renda diferido sobre referidas reavaliações, em 30/04/2020, é de R$ 14.991 (R$ 17.003 em 30/04/2019) classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução ao valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30/04/2020, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possuam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30/04/2020, aproximadamente R$ 184.075 de bens do ativo imobilizado (R$ 300.809 em 30/04/2019) encontram-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Arrendamentos** As taxas de depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados.

Continua...

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

30 de abril de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente-SP, Colorado-PR, Santo Inácio-PR e Florestópolis-PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, podendo ir em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes da sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu cisão de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de maio e termina em 30 de abril de cada ano. **a. Cisão parcial da Companhia** Em 19/01/2019, mediante 29ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alto Alegre S.A. Açúcar e Álcool, seguido de Incorporação do Acervo Cindido Patrimonial Cindido pela Alto Alegre Agro S.A." e consequentemente, redução do capital social da Companhia no montante de R$ 37.620, equivalente a 1.799.715 ações (Nota 20). A Alto Alegre Agro S.A., possui o mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. **Covid-19** Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais são: Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20/03/2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fins de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o momento de (i) Portaria nº 139/2020; (ii) Portaria nº 245/2020; (iii) Medida Provisória nº 932/2020; (iv) Medida Provisória nº 927/2020 e (v) Medida Provisória nº 936/2020. (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou às pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimento; abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimento: agosto e outubro, respectivamente). (ii) Portaria nº 245 de 15/04/2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem no pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal (art. 1º) e do PIS e COFINS (art. 2º) da competência maio/2020 (vencimento: junho) para o vencimento da competência do mês de outubro/2020 (vencimentos: novembro). (iii) Medida Provisória nº 932 de 31/03/2020 regulou as aplicações as das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30/06/2020. (iv) Medida Provisória nº 927 de 22/03/2020, possibilitou às pessoas jurídicas: a) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamentos parcelados, conforme estabelece a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e normativo; b) antecipação de férias individuais; c) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregado (parágrafo único, art. 1º). (v) Medida Provisória nº 936 de 19/04/2020, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, e outras medidas trabalhistas complementares. A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (PEM) implementadas pelo governo federal. **2 Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 21/08/2020. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 6. **b. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como estoques, ativos biológicos, partes relacionadas, instrumentos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) e meses e financiamentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **4 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas tem em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos relatados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 17 - Passivo de arrendamento e direito de uso. Nota 18 - Provisões para contingências; e Nota 24 - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre premissas e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material no exercício findo em 30/04/2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 9 - Perda de crédito esperada para contas a receber (Contas a receber de clientes); Nota 13 - Ativo biológico; Nota 14 - Vida útil do ativo imobilizado; Nota 17 – Direito de uso; e Nota 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 24 - Instrumentos financeiros. **(i)** *Custos e receber de clientes* O valor justo das contas a receber de clientes é estimado pelo valor presente fluxos de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros aplicados na data de apresentação. **(ii)** *Imobilizado* O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para as práticas adotadas pela Companhia, conforme descrito quanto aprovisionado. **(iii)** *Instrumentos financeiros derivativos* O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço cotado no mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e descontar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento restante, **(i)** *Ativos não financeiros* Os valores justos para os ativos e passivos financeiros com vencimento original de curto prazo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 24 - Instrumentos financeiros. **(i)** *Custos e receber de clientes* O valor justo das contas a receber de clientes é estimado pelo valor presente fluxos de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros aplicados na data de apresentação. **(ii)** *Imobilizado* O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para as práticas adotadas pela Companhia, conforme descrito quanto aprovisionado. **(iii)** *Instrumentos financeiros derivativos* O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço cotado no mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e descontar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento restante. **(i)** *Ativos não financeiros* Os valores justos para os ativos e passivos financeiros com vencimento original de curto prazo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2020	2019
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
FINAME	Variação da TJLP e juros médios de 3,60% ao ano	setembro-19	-	3.128
FINAME	Fixo em real e juros médios de 4,00% ao ano (2019 - juros médios de 5,40%)	junho-30	141.830	265.902
PRONROVA	Fixo em real e juros médios de 5,42% ao ano	novembro-25	-	11.662
PRONROVA	Variação da TJLP e juros médios de 4,34% ao ano (2019 - juros médios de 2,88%)	maio-22	8.268	13.066
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 4,24% acrescido da Libor (2019 - juros médios de 5,46%)	março-25	1.436.641	842.159
Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juro fixo de 4,80% ao ano (2020 e 2019)	agosto-23	243.756	177.181
Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios de 3,85% ao ano (2019 - juros médios de 4,60%)	julho-23	93.147	67.881
Financiamento Agrícola				
Em moeda nacional:				
CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	CDI + juros médios de 1,54% ao ano (2019 - CDI + juro de 0,90%)	novembro-26	457.091	150.172
Custeio agrícola - Resolução 2471/98	Fixo em real e juros anual de 3,00% ano (2020 e 2019)	outubro-20	-	5.002
Arrendamento Mercantil				
Em moeda estrangeira:	Variação do dólar norte-americano acrescido de juros médios de 8,86% ao ano (2020 e 2019)	outubro-22	17.570	17.480
			2.402.652	1.557.646
Passivo circulante			518.652	1.457.292
Passivo não circulante			1.673.991	1.457.292
Total em moeda nacional			611.138	462.939
Total em moeda estrangeira			1.791.114	1.104.719

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2020	2019
2021	-	391.540
2022	655.961	349.606
2023	331.670	274.379
2024	404.432	245.459
2025	173.542	67.526
2026	81.955	-
2027 à 2031	66.439	68.727
	1.673.999	1.457.263

Os financiamentos estão garantidos por aval de acionistas, alienação fiduciária de bens financiados e hipoteca de imóveis, cujos montantes estão divulgados na Nota 14. Certos financiamentos estão sujeitos a restrições financeiras, as quais foram plenamente atendidas em 30/04/2020. Os montantes dos financiamentos Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Recursos Próprios - Empresa - FINEM compõem os recursos captados para a aquisição de máquinas e equipamentos industriais, veículos, tratores e implementos agrícolas. Esses recursos foram destinados à implantação de canavial, expansão e modernização das unidades produtivas e à cogeração de energia elétrica a partir de biomassa. **16 Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes preponderantemente na aquisição de matérias-primas, serviços e cana-de-açúcar.

	2020	2019
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	74.219	48.009
Fornecedores de cana-de-açúcar	8.072	5.912
	82.291	54.841

17 Direito de uso, Parceria a pagar e Arrendamentos a pagar A movimentação do direito de uso durante o exercício atual foi o seguinte

Direito de uso	Parceria agrícola	Arrendamentos relativos	Saldo de adiantamentos	Total
Adoção em 1º de maio de 2019	811.637	45.408	81.876	938.921
Compensação de adiantamentos			(52.624)	(52.624)
Novos contratos/ atualização contratual	237.329	-	-	237.329
Remuneração anual	150.587	4.925	-	155.512
Adiantamentos efetuados	-	-	64.119	64.119
Depreciação	(185.063)	(9.519)	-	(194.582)
30 de abril de 2020	1.014.490	40.814	93.371	1.148.675
Vida útil (anos)	1 a 12			

A movimentação de parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Parcerias agrícolas a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Total
Adoção em 1º de maio de 2019	1.115.695	(258.849)	857.046
Novos contratos/atualização contratual	339.468	(102.139)	237.329
Remuneração anual	132.586	22.926	155.512
Pagamentos efetuados	(201.479)	-	(201.479)
Apropriação de arrendatários	6.535	-	6.535
Em 30 de abril de 2020	1.386.350	(333.327)	1.054.023
Passivo circulante			213.162
Passivo não circulante			840.861
			1.054.993

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 1º/05/2021 a 30/04/2022	177.951
De 1º/05/2022 a 30/04/2023	151.421
De 1º/05/2023 a 30/04/2024	117.909
De 1º/05/2024 a 30/04/2025	99.561
De 1º/05/2025 a 30/04/2026	82.524
A partir de 1º/05/2026	212.460
	841.826

No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 2020, o valor de R$ 42.777 referente a contratos com as partes relacionadas da Alto Alegre Agro S.A. e Lincoln Junqueira Agro S.A., **18 Provisão para contingências** A administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e reclamações trabalhistas. Quando aplicável, esses tributos estão ajuizados com base em índices diferentes dos estabelecidos ou não registrados e estão classificados no passivo não circulante, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2020	2019
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	17.789	17.789
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	681	655
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	469	469
Contingências trabalhistas	11.306	11.306
(-) Depósitos judiciais	(29.564)	(31.565)
	681	655

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: **a.** Em 2019, a Companhia aderiu ao programa de tratamento diferenciado de pagamento de dívidas relacionado ao ICMS do estado do Paraná. O montante total devido do processo selecionado para adesão foi de R$ 4.850, sobre o qual eram calculados reduções de multa e juros e montaram em R$ 1.737, restando um saldo a pagar de R$ 3.112, liquidado no mesmo exercício. **b.** INSS relacionada, substancialmente, a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores avulsos e administradores. **c.** INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o reconhecimento da revogação da contribuição ao INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA com a Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da desigualdade de alíquotas entre as agroindústrias jurídicas e as agroindústrias equiparadas a atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido à Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. **d.** Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a ex-funcionários da Companhia. A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 30 de abril de 2018	5.615
Pagamento	(3.112)
Abatimento - REFIS	(2.051)
Juros e multas	207
Em 30 de abril de 2019	659
Juros e multas	22
Em 30 de abril de 2020	681

e. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingência constituída, em 30/04/2020, totaliza R$ 35.198 (R$ 32.764 em 30/04/2019) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósito em caução" no ativo não circulante. **f. Contingências** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como possível perda, foram estimadas como segue:

	2020	2019
Cível	4.164	3.167
Trabalhista	51.698	54.319
Tributário	95.482	114.342
	151.344	171.828

As provisões para contingências constituída pela Companhia foi avaliada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **19 Impostos de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2020	Movimentação no resultado do exercício	2019	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2018
Créditos tributários						
Imposto de renda sobre:						
- Adições temporárias	9.286	20	9.266	-	(1.255)	10.521
- Prejuízos fiscais	80.954	69.905	11.049	-	6.421	4.628
	90.240	69.925	20.315	-	5.166	15.149
Contribuição social sobre:						
- Adições temporárias	2.619	7	2.612	-	(451)	3.063
- Base de cálculo negativa acumulada	30.907	25.173	5.734	-	2.311	3.423
	33.526	25.180	8.346	-	1.860	6.486
Total dos débitos tributários ativos	123.766	95.125	33.541	-	7.026	26.515
Débitos tributários						
Imposto de renda sobre:						
- Exclusões temporárias	9.507	2.424	7.083	-	3.315	3.768
- Ajuste de avaliação patrimonial	11.023	(1.479)	12.502	272	(1.475)	13.705
- Depreciação acelerada incentivada (i)	227.408	8.499	218.909	-	(4.084)	222.993
- Variação cambial - tributação em regime de caixa	-	8.228	(8.228)	-	(31.713)	23.485
- Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	8.016	(872)	8.888	-	(10.041)	18.929
	255.954	16.800	239.154	272	(43.998)	282.880
Contribuição social sobre:						
- Exclusões temporárias	3.422	872	2.550	-	1.194	1.356
- Ajuste de avaliação patrimonial	3.968	(532)	4.500	97	(531)	4.934
- Depreciação acelerada incentivada (i)	81.867	3.060	78.807	-	(1.470)	80.277
- Variação cambial - tributação em regime de caixa	-	2.962	(2.962)	-	(11.416)	8.454
- Ativos Biológicos - nota explicativa nº 13.	2.886	(313)	3.199	-	(3.616)	6.815
	92.143	6.049	86.094	97	(15.839)	101.836

Total dos débitos tributários passivos **348.097** **22.849** **325.248** **369** **(59.837)** **384.716**

Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante **219.431** **(72.276)** **291.707** **369** **(66.863)** **358.201**

(i) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação integral, para fins fiscais, no período, dos ativos imobilizados incorridos com imobilizações agrícolas. **a.** Expectativa de realização dos tributos diferidos Os créditos e débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. **b.** Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

Lucro antes dos tributos	2020 Imposto de renda	2020 Contribuição social	2019 Imposto de renda	2019 Contribuição social
Alíquota máxima	(133.854) 25%	(133.854) 9%	(49.542) 25%	(49.542) 9%
	33.464	12.047	12.386	4.459
Tributos sobre adições/ exclusões permanentes	332	(61)	1.039	49
Tributos sobre o resultado do exercício	33.796	11.986	13.425	4.508
Alíquota efetiva	-25,2%	-9,0%	-27,1%	-9,1%
Efeito corrente	(19.348)	(7.146)	(35.740)	(13.191)
Efeito diferido	53.144	19.132	49.165	17.699

20 Patrimônio líquido a. Capital social O capital social está dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1º/01/2019, houve a redução do capital social, no montante de R$ 37.620, referente a cisão parcial da Companhia conforme Nota Explicativa nº 1, passando o mesmo a ser de R$ 612.380. Em 11/04/2019, mediante Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 97.620, com emissão de novas ações ordinárias, em razão do cálculo de juros sobre os "lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 710.000. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria (Nota 14.a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para os lucros acumulados. **d. Dividendos** Em 13/08/2019, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) o Nº 44, distribuição de dividendos no valor de R$ 10.000. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício. **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, lhando a disposição da assembleia para futuras destinações. **f. Reserva de incentivos fiscais** Constituída com os lucros e demonstrada a seguir:

Receita de Vendas	2020	2019
Açúcar mercado externo	640.017	600.106
Açúcar mercado interno	667.171	507.162
Etanol mercado interno	619.838	566.111
Energia elétrica	112.104	129.517
Outros	7.039	6.509
Receita bruta	2.046.169	1.809.405
Impostos	(195.801)	(171.605)
Devolução de vendas	(9.561)	(15.196)
Receita líquida	1.840.807	1.622.604

21 Segregação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Matéria prima e insumos	(700.350)	(677.807)
Salários, encargos e benefícios	(285.847)	(336.729)
Depreciação e amortização	(327.828)	(282.150)
Despesas com prestadores de serviços	(132.732)	(154.960)
Outras despesas líquidas	(26.452)	(28.596)
	(1.473.223)	(1.480.242)

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	(1.297.011)	(1.317.918)
Com vendas	(113.146)	(103.481)
Gerais e administrativas	(67.660)	(67.629)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.594	8.786
	(1.473.223)	(1.480.242)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Crédito - Reintegra	534	1.822
Restituição processo IAA	367	353
Desconto adesão ao REFIS/PERT	-	2.051
Baixa de Provisão para contingências	2.020	-
Outros créditos fiscais, líquidos	1.673	4.559
	4.594	8.786

23 Resultado financeiro

Despesas financeiras:	2020	2019
Juros sobre financiamentos	(90.782)	(75.687)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(91)	(349)
Perdas em operações com derivativos	(376.868)	(167.087)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(11.783)	(9.124)
Total das despesas financeiras	(479.524)	(246.247)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	30.182	32.790
Ganho nas operações com derivativos	330.536	164.407
Outras receitas financeiras	5.606	5.266
Total das receitas financeiras	366.324	202.457
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	820.109	868.150
Variação cambial passiva	(1.211.857)	(885.645)
Total das variações líquidas	(391.748)	(17.495)
Total do resultado financeiro	(504.948)	(61.285)

24 Instrumentos financeiros **24.1 Considerações gerais** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando minimizar os riscos resultantes de flutuações das taxas de juros e moedas de seus produtos (*juros*) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos em moeda estrangeira, ou para precificar e proteger a operação de venda de ativo ou cão contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não alimpassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Os saldos dos derivativos são atualizados, pelo menos mensalmente, em mercado ativo tendo o seu valor justo (*"fair value"*) determinado naturalmente e quando aplicável, é utilizado o método do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os ganhos e valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Ao constituir operações a termo, a Companhia considera, sistematicamente a negociação, dentre os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **a.** *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes* Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado. **b. Aquisição social Composição** representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de risco da Companhia. **b.** *Empréstimos e financiamentos e contas a pagar* Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa contratual e pelas taxas de juros, conforme Nota 15, e representam o valor de realização em 30/04/2020. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se dos de realização. **c.** *Derivativos* **(i)** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "swap" e registrou, em 30/04/2020, ganhos de R$ 2.833 (R$ 1.810 em 2019), registrado no resultado financeiro. **(ii)** Em 30/04/2020 e 2019, a Companhia possuía contratos a termo em moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção de dívida, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda.

	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado a/US$	2020 Ganho / Perda
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2020 a fevereiro de 2022	857.907	848.612	1.061.380	(212.768)
	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado a/US$	2019 Ganho / Perda
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2019 a fevereiro de 2021	555.393	572.810	563.499	9.311

(iii) Contrato futuro Em 30/04/ 2020 e 2019, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo contratos futuros estão demonstrados a seguir: **(iii.1) Contratos futuros de açúcar A** Companhia opera no mercado futuro de "commodities", com a finalidade de proteger o preço do açúcar ("hedge"), por meio de contratos futuros de venda que efetua ajustes diários, valorizando a valor de mercado até a conclusão dos contratos mencionados, cuja parte está registrada no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda.

	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value")	2020 Efeito acum. a ser reconhecido	2020 Efeito acum. a ser reconhecido
Posição vendida: Venda com vencimento em maio de 2020 a março de 2022	1.061.341	830.604	230.737	
		Contratos em 30/04/2019		
	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acum. a ser reconhecido	Efeito acum. a ser reconhecido
Posição vendida: Venda com vencimento em junho e setembro de 2019	4.512	5.294	782	

24.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar, mediante utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com taxa de juros, variação cambial e volatilidade de preços do açúcar no mercado internacional (*"commodities"*, mencionados a seus seguintes riscos e políticas são acompanhadas pela Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; e (b) estimativas de valor de cada risco tendo em vista a análise de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos. Com base nessas estimativas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de preficar e proteger as operações de exportação de açúcar contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional, e as operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Nesse sentido, visando mitigar os riscos futuros de variação cambial, em 30/04/2020 a Companhia possuía na modalidade de NDF um montante de US$ 195.574 mil na posição vendida (US$ 142.858 mil na posição vendida em 30/04/2019). As análises sobre esta exposição estão demonstradas na Nota 24 (c) II. ***24.2.1 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros*** A análise é feita considerando os instrumentos financeiros atrelados a taxas de juro no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros:

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.781.811	(1.203)	1.203	(3.007)	3.007 (6.014) 6.014
Aplicações financeiras com taxa flutuante	952.561	3.518	(3.518)	8.794	(8.794) 17.588 (17.588)
Impacto no resultado operacional		2.315	(2.315)	5.787	(5.787) 11.574 (11.574)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é assumida uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as demais variáveis são mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem "hedge". As taxas de juros que foram analisadas são: • LIBOR. • CDI. • TJLP. Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional da Companhia. ***24.2.2 Análise de sensibilidade - Risco de variação cambial*** A análise é feita considerando os instrumentos das respectivas taxas cambiais e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Ativos e (passivos) financeiros em moeda estrangeira, líquidos	(1.589.028)	(158.903)	158.903	(397.257)	397.257 (794.514) 794.514
Derivativos em moeda estrangeira - Mercado futuro	848.612	(84.861)	84.861	(212.153)	212.153 (424.306) 424.306
Impacto no resultado operacional		(243.764)	243.764	(609.410)	609.410 (1.218.820) 1.218.820

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" que são denominados em dólares norte-americanos, isoladamente de ajuste, foi apresentado nesse quadro de instrumentos financeiros. A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia nos possíveis variações na taxa de câmbio dada de moeda. A paridade de moeda incluída na análise é US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, com uma variação de 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: • Exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia. Inclui os instrumentos derivativos de "commodities" denominados em moeda estrangeira. • Derivativos cambiais que são designados como "hedge" de fluxo de caixa futuro de exportação. Ver item *24.2.3 Análise de sensibilidade - Risco de "commodities"*

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Venda - mercado futuro de açúcar	830.604	(83.060)	83.060	(207.651)	207.651 (415.302) 415.302

Foi incluído na análise o valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" de açúcar. A tabela anterior mostra a sensibilidade operacional da Companhia e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações dos preços do açúcar bem como os prêmios de opções de açúcar. A análise baseia-se em contrato futuro de açúcar #11 ("*sugar n° 11 screen*"). Os contratos futuros de açúcar e opções de compra de açúcar foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, com uma variação de 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: • Exposição líquida dos contratos futuros de açúcar e opções de compra de açúcar. Todos os impactos dos diferentes cenários são demonstrados no resultado operacional.

24.3 Estrutura de gerenciamento de risco financeiro Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais estão ligados, entre outros, ao comportamento climático, a mudanças relevantes na estrutura da indústria(s) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros estão principalmente associados à exposição de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atuamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir seus riscos de forma consistente em toda a sua operação, sendo que esta prática possui como objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o fluxo operacional. Os principais aspectos, incluindo também as características específicas considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco social. Esta estrutura provê informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e a **gerenciamento de capital.** Divulgações quantitativas estão incluídas ao longo das demonstrações financeiras. **24.3 Estrutura de gerenciamento de risco 24.3.1 Risco de crédito** O risco de crédito resulta da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas se a contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis originados de contratos de venda de bens e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar e etanol é centrado no relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, as transações que são fechadas e definição de limites de crédito e acompanhamento dos saldos em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequação das estratégias com base nas políticas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.156.665	712.080
Contas a receber de clientes	9	157.310	74.399
Instrumentos financeiros derivativos	24	230.737	10.093
Depósitos judiciais	18	35.198	32.764
Outras contas a receber		19.528	39.437
		1.599.438	868.773

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras consideradas de primeira linha). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando a característica de seus recebíveis, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **24.3.2 Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados em dinheiro ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais ou estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2020 Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.156.665	1.156.665	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	230.737	230.737	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	157.310	157.310	-	-	-	-
Depósitos judiciais	35.198	-	-	7.040	10.559	17.599
Outras contas a receber	19.528	19.528	-	-	-	-
	1.599.438	1.564.240	-	7.040	10.559	17.599
Passivos						
Fornecedores	82.292	82.292	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.402.652	463.564	65.089	655.961	1.089.644	128.394
Instrumentos financeiros a pagar	1.014.179	1.014.179	-	-	260.249	212.460
Arrendamento agrícola a pagar	40.814	6.606	6.606	23.861	3.741	-
Instrumentos financeiros	212.769	212.769	-	-	-	-
	3.752.706	865.206	171.670	985.333	1.389.634	340.863

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2019 Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.156.665	1.156.665	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	230.737	230.737	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	157.310	157.310	-	-	-	-
Depósitos judiciais	35.198	-	-	7.040	10.559	17.599
Outras contas a receber	19.528	19.528	-	-	-	-
	1.599.438	1.564.240	-	7.040	10.559	17.599
Passivos						
Fornecedores	82.292	82.292	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.402.652	463.564	65.089	655.961	1.089.644	128.394
Instrumentos financeiros a pagar	1.014.179	1.014.179	-	-	260.249	212.460
Arrendamento agrícola a pagar	40.814	6.606	6.606	23.861	3.741	-
Instrumentos financeiros	212.769	212.769	-	-	-	-
	3.752.706	865.206	171.670	985.333	1.389.634	340.863

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool Presidente Prudente - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30/04/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis mais significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool em 30/04/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilid

ALTA MOGIANA

Alta Mogiana Agro S.A.

C.N.P.J. 31.937.011/0001-70 – NIRE 35.300.527.585

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente as contas apresentadas. São Joaquim da Barra-SP, 21 de agosto de 2020 **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.511	23.840
Contas a receber de clientes	9	2.772	266
Impostos a recuperar		6	2
Total do ativo circulante		7.289	24.108
Não Circulante			
Propriedade para investimento	11	142.308	115.493
Total do ativo não circulante		142.308	115.493
Total do ativo		149.596	139.601

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Circulante			
Fornecedores		-	2
Tributos a recolher		136	12
Dividendos propostos a pagar	13.d	2.376	112
Outras contas a pagar		243	265
Total do passivo circulante		2.755	391
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	6.049	6.049
Total do passivo não circulante		6.049	6.049
Total do passivo		8.804	6.440
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	122.383	122.383
Ajuste de avaliação patrimonial		10.420	10.420
Reservas de lucros		7.987	358
Total do patrimônio líquido		140.790	133.161
Total do passivo e patrimônio líquido		149.594	139.601

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, conforme nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, no caso da Empresa, a partir de 1º/05/2019 e não foi identificado impactos relativos a referida interpretação que não venham sendo refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada. ***CPC 06 (R2) - Arrendamentos Aspectos gerais.*** A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do lado do arrendador permanece a para a CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador. A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento atualmente em vigor, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso da Companhia e sua controlada, em 1º/05/2019. A Companhia não identificou impactos em demonstrações financeiras em decorrência desta nova norma. ***Outras informações*** Em 1º/05/2019, não houve impactos nas demonstrações financeiras, do resultado abrangente, nas mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa em decorrência das modificações aos novos CPC e ICPC citadas anteriormente. a. **Novas normas e interpretações ainda não efetivadas** Uma série de novas normas, alterações às normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2020 (no caso da Companhia e sua controlada em 1º/05/2020), as quais não foram antecipadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não tem expectativa de impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência da adoção dessas normas (referências à estrutura conceitual, combinação de negócios, ativo imobilizado, definição de um negócio (alterações ao CPC 15). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019 (Não auditado)
Bancos	5	15
Aplicações financeiras	4.506	23.825
	4.511	23.840

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em títulos de primeira linha e representadas substancialmente por Operações Compromissadas, remuneradas à taxa de 97,75% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **9 Contas a receber de clientes**

	2020	2019 (Não auditado)
Mercado interno	2.772	266
	2.772	266

O saldo de contas a receber, em 30 de abril, possui vencimento inferior a 90 dias e é resultante da participação em contratos de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar. **10 Partes relacionadas a. Controladora** A controladora da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. **b. Saldos patrimoniais** Os valores registrados no ativo e passivo, referentes a transações com a Usina Alta Mogiana S/A, no exercício findo em 30/04/2020, cujo saldo é de R$ 2.772 (R$ 266 em 30/04/2019 - não auditado), conforme nota 9. **c. Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 30/04/2020 e 2019 resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Companhia coligada, Usina Alta Mogiana S/A. Essas operações são parte integrante das atividades de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar. No exercício findo em 30/04/2020, foi reconhecido um montante de R$ 122.382. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. c. **Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial de 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)

	2020	2019 (Não auditado)
Terras	417	417
	115.076	115.076
Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)	115.493	
Aquisições	26.815	
Em 30 de abril de 2020	142.308	

11 Propriedade para investimento

Custo

Em 30 de abril de 2018 (Não auditado)

Aquisições

Em 30 de abril de 2019 (Não auditado)

Aquisições

Em 30 de abril de 2020

Propriedade para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de valorização destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 220.732 (R$ 206.429 em 2019 - não auditado). As avaliações foram realizadas por empresa especializada, independente, com base em transações efetuadas com propriedades similares. A Companhia utilizou a hierarquia de valor justo para determinar o valor justo de suas propriedades para investimento. **12 Imposto de renda e contribuição social diferidos Composição dos tributos diferidos**

	2020	Movimentação nas contas patrimoniais	2019 (Não auditado)
Débitos tributários:			
Imposto de renda sobre:			
Ajuste de avaliação patrimonial	4.448	-	4.448
Contribuição social sobre:			
Ajuste de avaliação patrimonial	1.601	-	1.601
Total dos débitos tributários	6.049	-	6.049
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.049	-	6.049

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Receita líquida de vendas	14	9.937	261
Custos dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		9.937	261
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(164)	(35)
Resultado antes do resultado financeiro		9.773	226
Despesas financeiras		(29)	(227)
Receitas financeiras		1.037	480
Resultado financeiro	15	1.008	253
Lucro antes dos impostos		10.781	479
Imposto de renda	12.a	(1.933)	(6)
Contribuição social	12.a	(240)	(3)
Lucro líquido do exercício		10.008	470
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	16	1,68	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	10.005	470
Outros componentes do resultado abrangente:	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.005	470

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial Custo atribuído	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2018 (Não auditado)		1	-	-	-	-	1
Integralização de capital	13.a	122.382	10.420	-	-	-	132.802
Incorporação por cisão parcial		-	-	-	-	470	470
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	-	23	-	(23)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.d	-	-	-	-	(112)	(112)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	335	(335)	-
Saldos em 30 de abril de 2019 (Não auditado)		122.383	10.420	23	335	-	133.161
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.005	10.005
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	-	500	-	(500)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.d	-	-	-	-	(2.376)	(2.376)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	7.129	(7.129)	-
Saldos em 30 de abril de 2020		122.383	10.420	523	7.464	-	140.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	2020	2019 (Não auditado)
Impostos	(225)	(6)
Receita líquida	9.937	261
15 Resultado financeiro		
	2020	**2019 (Não auditado)**
Receitas financeiras:	266	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.031	480
Outras receitas financeiras	6	-
Total das receitas financeiras	1.037	480
Despesas financeiras:		
Rendimentos sobre outros passivos	(29)	(227)
Total das despesas financeiras	(29)	(227)
Resultado financeiro	1.008	253

16 Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	2020	2019 (Não auditado)
Básico e diluído		
Lucro líquido do exercício	10.005	470
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias durante o exercício (milhares)	6.783	6.783
Lucro líquido por ação básico e diluído - R$	1,48	0,07

Para os exercícios findos em 30/04/2020 e 2019, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **17 Instrumentos financeiros** Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e arrendamentos a pagar, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras representam substancialmente aplicações no CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. **b. Contas** a pagar a fornecedores, outros passivos circulantes Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. **18 Eventos subsequentes Covid-19** Em 2020, vários países, incluindo o Brasil e o estado de São Paulo em que temos operações, instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. A Companhia implementou plano de contingência com o objetivo de preservar e garantir a segurança e a continuidade, dado que os nossos produtos são considerados atividades essenciais, por ser insumo estratégico em alimentação e energia. De acordo com os acompanhamentos diários da Companhia, analisando as variáveis de curto e médio prazo, não identificamos impactos como o mesmo período de 2019, entendeu que não houve impacto relevante às operações, porém diante do cenário de incertezas, a Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia e os efeitos econômico-financeiros que poderão impactar as condições financeiras e patrimoniais.

A Diretoria

Waldir Aparecido Vellano - Contador CRC 1SP109.847/O-8

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.005	470
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos	(2.506)	(266)
Contas a receber de clientes	(1)	(2)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	-	-
Aumento ou (redução) dos passivos	(7)	2
Fornecedores	828	12
Tributos a recolher	243	265
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	2.477	281
	8.302	216
Imposto de renda e contribuição social pagos	(704)	-
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	7.598	216
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	(26.815)	(417)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.815)	(417)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Constituição de capital social inicial	-	-
Entrada de caixa por aumento de capital	-	25.000
Amortização de outras contas a pagar	-	(960)
Dividendos pagos	(112)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(112)	24.041
(Diminuição) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(19.329)	23.840
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.840	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.511	23.840

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Aos Diretores da Alta Mogiana Agro S.A. São Joaquim da Barra - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alta Mogiana Agro S.A. em 30 de abril de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** Exercício anterior não auditado Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 30 de abril de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou ainda não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Para isso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais errôneas. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantida em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e de constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6

Giovani Ricardo Pigatto

Contador CRC 1SP263183/O-7

COHAB SÃO PAULO

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB-SP

CNPJ/MF Nº 60.850.575/0001-25 - NIRE Nº 3530005464-4

EXTRATO DA ATA DA 169ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

LOCAL, HORA E DIA: Na Rua São Bento nº 405 - 14º andar, São Paulo - Capital, às onze horas do dia 06 de julho de 2020. Presente o senhor Presidente do Conselho de Administração, **Jorge Damião de Almeida**, bem como o senhor Diretor Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, **Alexandro Peixe Campos**. **CONVOCAÇÃO**: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial e no jornal O DIA SP nos dias 25, 26 e 27 de junho de 2020, páginas 29, 52, 53 e 07, 05, 07, respectivamente. **PAUTA: – 1 –ALTERAÇÃO NO CONSELHO FISCAL DA COHAB-SP**. Abrindo os trabalhos, o senhor Presidente do Conselho de Administração, Jorge Damião de Almeida, procedeu a discussão a indicação da Assistência Majoritária, quanto ao item da pauta, conforme orientação exarada pela Secretaria de Governo Municipal. **DELIBERAÇÃO**: Sem oposição ou ressalva de qualquer um dos presentes foi adotada e aprovada, por unanimidade, a seguinte deliberação: – Em relação ao item da pauta foi aprovada a eleição da senhora **Fernanda Barbosa Garcia**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 25.454.036-7-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 277.906.428-55, residente e domiciliada na Avenida Capital, na Rua João Audino, 296, apto. 44-B, Vila Ema, São Paulo, para exercer o cargo de membro titular no Conselho Fiscal da COHAB-SP, observando que já houve aprovação pela COHAB/MP, consoante Informação nº PRES/FCA/ASCIVIL/COHAP, documentos nº 029119/20 e 029296/573, do processo SEI Nº 60.10.2020/0001506-7. A possessória no referido Conselho eleita, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, é promovida em termo próprio, lavrado no respectivo livro de atas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias vigentes. A senhora Conselheira declarou que não está incursa nas proibições legais que a impeçam de exercer o respectivo cargo, inclusive que diz respeito ao contido na Lei Federal nº 13.303/16 e no Decreto Municipal nº 58.093/18. **ENCERRAMENTO**: Nada havendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a reunião e lavrada esta Ata em forma sumária, nos termos do artigo 130 § 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 06 de julho de 2020. Jorge Damião de Almeida Presidente da 169ª Assembleia Geral Extraordinária, Lilian Fontelles Rios Procuradora do Município Presidente da Prefeitura do Município de São Paulo, Maria Amália Gonçalves Morais Secretária designada. **Certifico o registrado sob o número 305.110/20-2 Gisela Simiema Ceschin, Secretária Geral.**

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/NIRE Nº 07.587.384/0001-30

Edital de Convocação de Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares dos CRA") em circulação da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora" e "CRA", respectivamente), nos termos do artigo 15 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela FS Agrisolutions Indústria de Biocombustíveis Ltda."* ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 2ª (segunda) convocação para Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar no dia **14 de setembro de 2020**, às **14 horas** ("Assembleia"), **exclusivamente por videoconferência online**, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, conforme Instrução Normativa CVM nº 625/2020 ("ICVM 625"), através das orientações descritas abaixo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** a renúncia ao exercício do disposto nas cláusulas 5.10.2, itens (i) e (ii) do Termo de Securitização, tendo em vista a reestruturação societária a ser implementada pela Summit Brasil Renewables, LLC, controlador do grupo da **FS Agrisolutions Indústria de Biocombustíveis Ltda.** ("Devedora"), que será objeto de uma cisão parcial com incorporação reversa, na qual a Devedora irá incorporar a sua atual cotista majoritária, Summit Brasil Renewables Participações Ltda., conforme deverão ser aprovados em assembleia geral de debenturistas da Devedora, para **Simplific Parvini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Agente Fiduciário"), em 3 de agosto de 2020 ("Solicitação"); **(b)** aprovar, nos termos indicados na Solicitação disponibilizada no site http://gaiasec.com.br/ri-emissoes/, a alteração da definição de "Summit" e **(c)** autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e a Devedora a realizarem a alteração dos documentos da operação, para padronização dos conceitos de acordo com o deliberado na presente assembleia. A Emissora ressalta que a Assembleia, em segunda convocação, será instalada com a presença de qualquer número de Titulares de CRA, observado que o quórum de instalação não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação, sendo que, para a aprovação das matérias acima, serão necessários votos favoráveis de titulares de CRA em Circulação, sendo que, para a aprovação das matérias acima, serão necessários votos favoráveis de titulares de CRA em Circulação, representando, pelo menos, a maioria dos CRA em Circulação presentes na Assembleia de Titulares de CRA. Em conformidade com a ICVM 625, o acesso à Assembleia será disponibilizado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário aqueles que enviarem um correio eletrônico para juridico@gaiasec.com.br e agendarem previamente a participação, por meio de seus representantes legais, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para fins de verificação de regular representação, serão aceitos como documentos de representação: (i) pessoa física: cópia legível do documento de identidade com foto e assinatura do Titular dos CRA, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua foto e assinatura; e (ii) pessoa jurídica: cópia digitalizada do estatuto ou contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA, e cópia digitalizada de documento de identidade do respectivo representante legal com foto e assinatura; (iii) fundo de investimento: cópia digitalizada do regulamento do fundo acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua foto e assinatura, bem como de procuração e documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA, e cópia digitalizada de documento de identidade do respectivo representante legal com foto e assinatura; (iv) representante legal de investidor não residente: cópia digitalizada de procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua foto e assinatura, bem como de procuração e documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA, e cópia digitalizada de documento de identidade do respectivo representante legal com foto e assinatura; e (v) procurador: cópia digitalizada de procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua foto e assinatura, bem como de procuração e documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA, e cópia digitalizada de documento de identidade do respectivo representante legal com foto e assinatura. Os termos do art. 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, o qual será disponibilizado pela Emissora em seu site http://gaiasec.com.br/ri/emissoes/. O link de acesso e o voto por instrução de voto a distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminha-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@gruposgaia.com.br e assembleias@simplificpavarini.com.br até o horário da assembleia acompanhado dos documentos de representação indicados acima, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares dos CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão prover seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. A emissora, o Agente Fiduciário e a Devedora poderão solicitar documentos adicionais aos Titulares dos CRA, bem como a qualquer momento poderão solicitar a comprovação de titularidade dos CRA. Não serão aceitos documentos ilegíveis ou não encaminhados dentro do prazo estipulado. Os custos e despesas com a participação na Assembleia serão de responsabilidade de cada Titular dos CRA. Os termos em letras maiúsculas utilizados e não definidos neste edital de convocação terão o significado a eles atribuído no Termo de Securitização. São Paulo, 25 de agosto de 2020. **GAIA SECURITIZADORA S.A.**

Galvão Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 11.184.210/0001-75 - NIRE 35.300.376.991

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Agosto de 2019.

Data e Hora: 27 de agosto de 2019, às 10h00min. **Local**: Sede social da companhia, na capital do estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 01ª andar, conjunto 12, sala 05, Vila Olímpia, CEP: 04547-005. **Presença**: Diogenes Duarte Filho, representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Diogenes Duarte Filho – Presidente; e Tadaaki Kurakake, japonês, casado, bacharel em artes, RNE nº G253981-F-CGPI/DREX/DPF, e CPF/MF nº 238.740.428-98, domiciliado na São Paulo/SP na Avenida Paulista, nº 854, 12º andar, CEP 01310-913, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, em razão da carta de renúncia apresentada pelo senhor Takeo Ishii, e, DE ambos os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 01 ano, os quais tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, dentro do prazo de 30 dias, a contar da presente assembleia, nos termos do § 1º do artigo 149 da Lei S.A., sendo reeleitos os senhores: **a. José Fares Kfuri Júnior**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 17.336.388 SSP/SP e CPF/MF nº 035.364.118-94, domiciliado em São Paulo/SP na Rua Alves Guimarães, nº 56, 9º andar, conjuntos 51 e 52, Pinheiros, CEP 05421-010; **b. Jun Shiihara**, japonês, empresário, casado, passaporte nº TK0412544, expedido pelas autoridades do Japão, domiciliado em 7-1, Nihonbashi 2 chome, Chuo-ku, Tokyo, e c. e **Tadaaki Kurakake**, japonês, casado, bacharel em artes, RNE nº G253981-F-CGPI/DREX/DPF, e CPF/MF nº 238.740.428-98, domiciliado em São Paulo/SP na Avenida Paulista, nº 854, 12º andar, CEP 01310-913, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, em razão da carta de renúncia apresentada pelo senhor Takeo Ishii, e, DE ambos os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 01 ano, os quais tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, dentro do prazo de 30 dias, a contar da presente assembleia, nos termos do § 1º do artigo 149 da Lei S.A., sendo reeleitos os senhores: **a. José Fares Kfuri Júnior**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 17.336.388 SSP/SP e CPF/MF nº 035.364.118-94, domiciliado em São Paulo/SP na Rua Alves Guimarães, nº 56, 9º andar, conjuntos 51 e 52, Pinheiros, CEP 05421-010; **b. Jun Shiihara**, japonês, empresário, casado, passaporte nº TK0412544, expedido pelas autoridades do Japão, domiciliado em 7-1, Nihonbashi 2 chome, Chuo-ku, Tokyo, e c. e **Tadaaki Kurakake**, japonês, casado, bacharel em artes, RNE nº G253981-F-CGPI/DREX/DPF, e CPF/MF nº 238.740.428-98, domiciliado em 7-1, Nihonbashi 2 chome, Chuo-ku, Tokyo, E, ainda, o senhor **a. Tomohiro Shiraki**, japonês, diretor geral, casado, passaporte nº TZ1239965, expedido pelas autoridades do Japão, domiciliado em 7-1, Nihonbashi 2 chome, Chuo-ku, Tokyo, nomeado como Presidente do Conselho de Administração. **A presente ata é publicada com omissão dos nomes dos sócios.** Assinaturas: Mesa: **José Fares Kfuri Júnior** - Presidente e **Miki Kim** - Secretário. Acionistas: **Maruheni Corporation** pp. Tadaaki Kurakake e **Tadaaki Kurakake. JUCESP** nº 301.226/20-9 de 10/08/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Maruheni Grãos Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 25.142.875/0001-59 - NIRE 35.300.495.373

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 31/03/2020, às 14h, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** convocação dispensada, em virtude da presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia e Deliberações:** As Acionistas decidiram, por unanimidade: **(i)** aprovar a renúncia do Sr. **Kazuhiro Yasushi**, japonês, empresário, casado, passaporte nº TS0756868, expedido pelas autoridades do Japão, domiciliado em 7-1, Nihonbashi 2 chome, Chuo-ku, Tokyo, e do Sr. **Tadaaki Kurakake**, japonês, casado, bacharel em artes, RNE nº G253981-F-CGPI/DREX/DPF, e CPF/MF nº 238.740.428-98, domiciliado em São Paulo/SP na Avenida Paulista, nº 854, 12º andar, CEP 01310-913, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, em razão da carta de renúncia apresentada pelo senhor Takeo Ishii, e, **(ii)** eleger os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 01 ano, os quais tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, dentro do prazo de 30 dias, a contar da presente assembleia, nos termos do § 1º do artigo 149 da Lei S.A., sendo reeleitos os senhores: **a. José Fares Kfuri Júnior**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 17.336.388 SSP/SP e CPF/MF nº 035.364.118-94, domiciliado em São Paulo/SP na Rua Alves Guimarães, nº 56, 9º andar, conjuntos 51 e 52, Pinheiros, CEP 05421-010; **b. Jun Shiihara**, japonês, empresário, casado, passaporte nº TK0412544, expedido pelas autoridades do Japão, domiciliado em 7-1, Nihonbashi 2 chome, Chuo-ku, Tokyo, E, eleger, o senhor a. **

Resgates superam investimentos no Tesouro Direto em julho

Os resgates de títulos públicos superaram os investimentos em R$ 226,73 milhões em julho, segundo balanço do Tesouro Direto, divulgado na terça-feira, (25). Foram realizadas 433.814 operações de investimento em títulos do Tesouro Direto em julho, no valor total de R$ 1,97 bilhão. Durante o mês, os resgates chegaram a R$ 2,19 bilhões.

As aplicações de até R$ 1 mil representaram 68,3% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R$ 4.541,03.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram os títulos indexados à taxa Selic (Tesouro Selic), que totalizaram R$ 949,79 milhões, representando 48,2% das vendas. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) somaram, em vendas, R$ 601,32 milhões e corresponderam a 30,5% do total, enquanto os títulos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) totalizaram R$ 418,85 milhões em vendas, ou 21,3% do total.

Nas recompras (resgates antecipados), também predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R$ 1,24 bilhão (59,4%). Os títulos remunerados por índices de preços (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) totalizaram R$ 575,75 milhões (27,5%), os prefixados, R$ 273,37 milhões (13,1%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre 1 e 5 anos, que alcançaram 53,6% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 26,2%, enquanto os títulos com vencimento de 5 a 10 anos corresponderam a 20,2% do total.

Base de investidores

Em julho de 2020, o total de investidores ativos no Tesouro Direto, isto é, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no programa, atingiu a marca de 1.324.915 pessoas, representando um aumento de 26.148 investidores no mês. Já o número de investidores cadastrados teve um aumento de 367.699, e atingiu a marca de 7.780.590 pessoas.

Estoque

Em julho, o estoque do programa chegou a R$ 61,979 bilhões, aumento de 0,3% em relação ao mês anterior, de R$ 61,770 bilhões.

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque somando R$ 30,415 bilhões, ou 49,1% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R$ 20,158 bilhões (32,5%), e os títulos prefixados, que somaram R$ 11,407 bilhões, com 18,4% do total.

Quanto ao perfil de vencimento dos títulos em estoque, a parcela com vencimento em até 1 ano fechou o mês em R$ 5,154 bilhões, ou 8,3% do total. A parcela do estoque vincendo de 1 a 5 anos foi de R$ 36,740 bilhões (59,3%) e o percentual acima de 5 anos somou R$ 20,085 bilhões (32,4%). (Agência Brasil)

Ativos de brasileiros no exterior ultrapassam US$ 529 bilhões

Os ativos de empresas e pessoas físicas brasileiras no exterior chegaram a US$ 529,221 bilhões em 2019, informou na terça-feira, (25) o Banco Central (BC). Essa foi a primeira vez que esse volume de bens supera US$ 500 bilhões. Esses ativos são investimentos em ações, títulos, imóveis, moedas e depósitos ou em empresas no exterior, por exemplo.

Na comparação com 2018, quando os ativos chegaram a US$ 493,176 bilhões, houve crescimento de 7,3%. Os dados são das declarações de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE).

"É muito comum brasileiros, a partir de um determinado nível de renda, manterem atividades empresariais no exterior ou fazer uma poupança em outras moedas, no caso de pessoas físicas, porque faz parte de sua aposentadoria ou têm planos de se transferir para o exterior", disse o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Para ele, os dados mostram que "continua o movimento de aumento dos investimentos brasileiros no exterior. Esse movimento não é necessariamente linear, mas é constante. Se o olhar a pesquisa como todo, mostra a tendência de aumento de investimentos, o que parece consistente com a tendência das empresas brasileiras aumentarem sua participação no exterior", ressaltou Rocha. (Agência Brasil)

Ativos de brasileiros no exterior ultrapassam US$ 529 bilhões

Os ativos de empresas e pessoas físicas brasileiras no exterior chegaram a US$ 529,221 bilhões em 2019, informou na terça-feira, (25) o Banco Central (BC). Essa foi a primeira vez que esse volume de bens supera US$ 500 bilhões. Esses ativos são investimentos em ações, títulos, imóveis, moedas e depósitos ou em empresas no exterior, por exemplo.

Na comparação com 2018, quando os ativos chegaram a US$ 493,176 bilhões, houve crescimento de 7,3%. Os dados são das declarações de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE).

"É muito comum brasileiros, a partir de um determinado nível de renda, manterem atividades empresariais no exterior ou fazer uma poupança em outras moedas, no caso de pessoas físicas, porque faz parte de sua aposentadoria ou têm planos de se transferir para o exterior", disse o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Para ele, os dados mostram que "continua o movimento de aumento dos investimentos brasileiros no exterior. Esse movimento não é necessariamente linear, mas é constante. Se o olhar a pesquisa como todo, mostra a tendência de aumento de investimentos, o que parece consistente com a tendência das empresas brasileiras aumentarem sua participação no exterior", ressaltou Rocha. (Agência Brasil)

Caixa e CNI vão facilitar crédito para micro e pequenas indústrias

A Caixa Econômica Federal e a Confederação Brasileira da Indústria (CNI) fizeram um acordo de cooperação técnica para facilitar o acesso ao crédito por micro e pequenas indústrias.

De acordo com a CNI, o acordo de cooperação técnica firmado entre as duas entidades prevê o enquadramento das empresas direcionadas ao banco pelos Núcleos de Acesso ao Crédito (NACs) estaduais. Os juros podem ser até 28% menos que a taxa balcão e há possibilidade de carência de até 60 meses para pagamento. O dinheiro pode ser usado tanto para capital de giro, como para aquisição de máquinas e equipamentos.

O NAC ajudará a identificar a melhor alternativa de crédito. A CNI destaca três linhas de crédito:

- Capital de giro pós-fixada, destinada a empresas com faturamento anual fiscal superior a R$ 360 mil, com juros a partir de 0,83% ao mês mais Taxa Refencial (TR), prazo de até 60 meses e carência automática de três meses;

- Capital de giro pré-fixada, voltada a micro e pequenas empresas (MPEs) com juros a partir de 1,19% ao mês, prazo de 48 meses e carência automática de três meses.

- Bens de Consumo Duráveis (BDC), com taxa pós fixada, com juros a partir de 0,92% ao mês, prazo de até 60 meses e até seis meses de carência.

O pacote inclui ainda o cartão empresarial com isenção da primeira anuidade para empresas com domicílio bancário de recebíveis na Caixa e seis meses de isenção de 100% ou 12 meses de isenção de 50% para adesão na cesta de serviços para novos correntistas ou correntistas sem cesta.

A CNI ressalta que essas condições estão sujeitas à análise de risco de crédito, disponibilidade de recurso, bem como são válidas para empresas que tenham 12 ou mais meses de faturamento e garantias compatíveis com as exigidas que variam de acordo com a linha de crédito.

O primeiro passo para ter acesso ao pacote é fazer o cadastro.

Outras medidas de apoio, no atual momento de pandemia, podem ser acessadas no portal Caixa com sua empresa. Há possibilidade de suspender o pagamento das parcelas de diversas operações de crédito, capital de giro com garantia do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), em parceria com o Sebrae, e o GiroCaixa FGI com apoio do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) conforme Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), instituído pela Medida Provisória nº 975/2020 de 1º de junho de 2020. Há ainda cartilhas que estão disponíveis gratuitamente no site da CNI. (Agência Brasil)

Lava Jato: CNMP arquiva ação de Lula contra Deltan Dallagnol

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) arquivou na terça-feira, (25) pedido de providências protocolado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o procurador da República, Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato no Paraná, e outros membros do grupo.

Por maioria de votos, o colegiado entendeu que a pretensão punitiva para os procuradores prescreveu, mesmo reconhecendo indícios para a abertura de processo disciplinar. Dessa forma, o processo seria inviável diante da impossibilidade de eventual punição. O pedido de providências foi protocolado pelos advogados de Lula em 2016, mas só foi analisado nesta terça-feira.

No julgamento, os conselheiros também reiteraram que membros do Ministério Público não podem usar a estrutura do órgão para exercer atividades político-partidárias. A vedação está definida nas normas de conduta da carreira.

No processo, a defesa de Lula questionou a conduta de Deltan e da força-tarefa durante entrevista coletiva concedida à imprensa no dia 14 de setembro de 2016, quando foi apresentada a denúncia referente ao tríplex no Guarujá. Na ocasião, os procuradores usaram uma apresentação de Power Point para apresentar a denúncia, fato que teria desrespeitado as garantias individuais de Lula de ter um julgamento justo, segundo os advogados. (Agência Brasil)

Sérgio Cabral é condenado a mais 11 anos e dez meses de prisão

O ex-governador do Rio Sérgio Cabral foi condenado a mais 11 anos e dez meses de prisão, por crimes de corrupção passiva. A sentença, do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, foi publicada na terça-feira (25). Além de Cabral, também foram condenados Wilson Carlos e Luiz Carlos Bezerra, operadores financeiros do ex-governador, e o empresário George Sadala. É a 14ª condenação do ex-governador.

As condenações aconteceram no desdobramento das operações Calicute e Eficiência e são referentes ao pagamento de propina por Sadala, com objetivo de administrar as unidades do serviço Poupa Tempo. Segundo a sentença, foi pago de propina R$ 1,3 milhão a Cabral, Wilson Carlos e Bezerra, dividida em sete parcelas, entre 2009 e 2015.

"Os motivos que levaram Sérgio Cabral à prática criminosa são altamente reprováveis, e revelou tratar-se de pessoa gananciosa e que, apesar de ter total conhecimento da natureza criminosa de suas atividades e da gravidade dos seus atos, perseverou na prática de delitos ano após ano. Nada mais repugnante do que a ambição desmedida de um agente público que, tendo a responsabilidade de gerir o atendimento das necessidades básicas de milhões de cidadãos do Estado do Rio de Janeiro, opta por exigir vantagens ilícitas a empresas", escreveu Bretas em sua sentença.

O juiz condenou Wilson Carlos a 14 anos e cinco meses de prisão; Luiz Carlos Bezerra, a 7 anos e um mês de prisão, e George Sadala, a 15 anos e nove meses de reclusão. À exceção de Cabral, os outros três poderão recorrer em liberdade.

O advogado de Cabral, Márcio Delambert, se manifestou em nota, discordando da condenação. "A defesa vai recorrer. O ex-governador é colaborador da Justiça. Apesar da redução de pena, sua contribuição merecia a concessão do perdão judicial". (Agência Brasil)

Bolsonaro sanciona lei sobre reembolso de shows e pacotes turísticos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que trata do adiamento e cancelamento de serviços, reservas e eventos de turismo e culturais afetados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19). A Lei nº 14.046/2020 foi publicada na terça-feira, (25) no Diário Oficial da União (DOU) com um veto.

De acordo com o texto, na hipótese de adiamento ou cancelamento de serviços, reservas e eventos – como shows, espetáculos, pacotes turísticos, sessões de cinema, espetáculos teatrais –, as plataformas digitais de venda de ingressos, o prestador do serviço ou a empresa responsável não serão obrigados a reembolsar, em reais, os valores pagos pelo consumidor. No entanto, eles devem assegurar a remarcação do serviço cancelado ou a disponibilização de crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços, reservas e eventos.

No caso de remarcação, ela deve ser feita em até 18 meses após o fim do estado de calamidade pública em razão da pandemia da covid-19, previsto para 31 de dezembro, e nos mesmos valores e condições dos serviços originalmente contratados. Já o crédito recebido poderá ser utilizado pelo consumidor no prazo de 12 meses, contado a partir da mesma data. Nesse caso, serão descontados os valores referentes aos serviços de agenciamento e de intermediação já prestados.

Em todas as situações, essas operações deverão ocorrer sem custo adicional, taxa ou multa ao consumidor, em qualquer data a partir de 1º de janeiro de 2020. O consumidor terá prazo de 120 dias, contado da comunicação do adiamento ou do cancelamento dos serviços, ou 30 dias antes da realização do evento, o que ocorrer antes, para pedir a remarcação ou crédito.

Caso essa solicitação não seja feita no prazo de 120 dias por motivo de falecimento, de internação ou de força maior, esse prazo será prorrogado pelo mesmo período em favor do consumidor, do herdeiro ou do sucessor, a contar da data de ocorrência do fato impeditivo da solicitação.

Na impossibilidade de remarcação ou de disponibilização de crédito, deve ser feito o reembolso aos consumidores. Nesse caso, o prestador poderá fazer acordo com o cliente para devolução dos valores ainda durante a pandemia ou terá até 12 meses depois do fim do estado de calamidade para fazer a restituição integral.

O presidente vetou trecho da lei que estabelece que os fornecedores estão desobrigados de ressarcir o consumidor pelo adiamento ou cancelamento do serviço caso ele não fizesse a solicitação no prazo estipulado. O presidente argumentou que a medida viola os objetivos e princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, notadamente no que diz respeito à vulnerabilidade do consumidor.

"Além disso, o dispositivo está em descompasso com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, disposto nos artigos 884, 885 e 886, da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), haja vista possibilitar em descumprimento negocial entre as partes", diz a mensagem da Presidência, encaminhada ao Congresso, também publicada nesta terça-feira no DOU. Os parlamentares farão a análise do veto e poderão mantê-lo ou derrubá-lo.

As regras previstas na lei também são aplicadas aos casos em que o serviço, a reserva ou o evento adiado tiver que ser novamente adiado em razão da pandemia, bem como aos novos eventos lançados no decorrer do período da emergência em saúde pública e que não puderem ser realizados pelo mesmo motivo.

Estão incluídos na lei, no setor do turismo, os meios de hospedagem (hotéis, albergues, pousadas, aluguéis de temporada, airbnb), as agências de turismo, as empresas de transporte turístico, os organizadores de eventos, os parques temáticos e os acampamentos. No setor da cultura, os cinemas, teatros, plataformas digitais de vendas de ingressos pela internet, os artistas (cantores, atores, apresentadores e outros) e demais contratados pelos eventos.

Os artistas, palestrantes ou outros profissionais já contratados para os eventos cancelados não terão obrigação de reembolsar imediatamente os valores dos serviços ou cachês. Isso vale inclusive para shows, rodeios, espetáculos musicais e de artes cênicas. A devolução acontecerá apenas se não houver remarcação do evento em 12 meses, contados do fim do estado de calamidade pública.

Somente depois de o evento ter sido remarcado e não ocorrer na nova data, ou se a nova data não tiver sido acertada, é que os valores adiantados deverão ser devolvidos, corrigidos. Enquanto vigorar o estado de calamidade pública, serão anuladas multas por cancelamentos desse tipo de contrato.